

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 30 DE MAIO DE 2008

NÚMERO 5.898

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Sílvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Jean Kuhlmann

Gelson Merísio

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

Herneus de Nadal

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Jean Kuhlmann

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Elizeu Mattos

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Sílvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Elizeu Mattos

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Sílvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

Edson Piriquito - Vice Presidente

Edison Andrino

José Natal Pereira

Cesar Souza Júnior

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Sílvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Edison Andrino

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Jean Kuhlmann

Romildo Titon

Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1909
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 021ª Sessão Solene da
16ª realizada em 26/05/2008.....2
Ata da 041ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 27/05/2008.....4
Ata da 022ª Sessão Solene da
16ª realizada em 27/05/2008...15

Atos da Mesa

Atos da Mesa18

Publicações Diversas

Aviso de Licitação.....19
Avisos de Resultado.....19
Extratos19
Ofícios20
Portarias21
Projetos de Lei.....21
Proposta de Emenda á
Constituição23
Redações Finais.....24

P L E N Á R I O**ATA DA 021ª SESSÃO SOLENE DA****2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA****REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2008****PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA****PASSAGEM DOS 60 ANOS DE CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL****SUMÁRIO**

**LEO LEVITAN - CONGRATULA-SE COM O ESTADO DE ISRAEL PELOS
SEUS 60 ANOS.**

**ALAOR TISSOT - CONGRATULA-SE COM O POVO ISRAELENSE PELOS
60 ANOS DO ESTADO DE ISRAEL.**

**TZIPORA RIMON - AGRADECE A HOMENAGEM DO PODER
LEGISLATIVO AO ESTADO DE ISRAEL.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Senhoras e senhores, boa-noite! Vamos dar início a esta sessão solene.

Convido para compor a mesa as seguintes autoridades:

Excelentíssimo doutor Alaor Tissot, presidente da SC Parcerias, que neste momento representa sua excelência o governador do estado de Santa Catarina, doutor Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssima senhora Tzipora Rimon, embaixadora de Israel no Brasil;

Senhor Leo Levitan, presidente da Associação Israelita Catarinense;

Professora Soraya Quirino, que neste ato representa o magnífico reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina, professor Sebastião Iberes Lopes Melo;

Senhor Pedro Sirotsky, inspirador desta sessão e que neste ato representa o grupo RBS;

Ainda para compor a mesa, convido a senhora Renata Vargas Amaral, da Comissão de Relações Internacionais da OAB catarinense.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão foi

convocada por solicitação da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa e mereceu aprovação por unanimidade dos Parlamentares que compõem esta Casa.

O objetivo da sessão é homenagear o estado de Israel pela passagem dos seus 60 anos de criação.

Convido todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino de Israel e, logo após, a execução do Hino Nacional Brasileiro.

(Procede-se à execução do Hino de Israel e do Hino Nacional Brasileiro.)

Senhor representante do governador, sra. embaixadora, demais integrantes da mesa, senhoras e senhores.

(Passa a ler.)

"A Assembléia Legislativa de Santa Catarina associa-se hoje às diversas homenagens que se vêm realizando neste mês de maio ao povo judeu, pela passagem dos 60 anos de fundação do estado de Israel.

Em seis décadas o país se desenvolveu muito mais do que poderiam sonhar os seus idealizadores. De uma pequena comunidade de 635 mil pessoas, temos hoje mais de sete milhões de habitantes em Israel.

Dois grandes milagres locais, o renascimento do idioma hebraico e a instituição da democracia israelense, são realidade incontestável. A economia é forte em alguns campos - a alta tecnologia, por exemplo. E Israel está entre os primeiros países do mundo. Dizia-me, há pouco, a embaixadora que a alta tecnologia representa 75% das exportações de Israel. Com poucos recursos naturais, Israel alcançou elevado nível de desenvolvimento graças ao seu capital humano.

Ao cumprimentar a embaixadora de Israel, Tzipora Rimon, que nos honra com sua presença, desejo expressar em nome do Parlamento catarinense o respeito e a admiração de Santa Catarina para com o povo israelense.

Santa Catarina e o Brasil, que acolheram grande contingente de imigrantes, comemoram hoje essas conquistas e relembrem, nesta oportunidade, a participação decisiva do diplomata brasileiro Oswaldo Aranha, na época presidente da Assembléia Geral da ONU, que decidiu pela partilha da Palestina em 1947.

Assim como desejou Aranha, esperamos que Israel continue a sua trajetória de desenvolvimento humano e econômico e que permaneça firme no propósito de conquistar a paz e a concórdia em toda a região."

Muito obrigado pela presença da embaixadora, de todos que nos honram nesta noite, e assim damos seqüência à nossa sessão.

(Palmas)

Convido o presidente da SC Parcerias, dr. Alaor Tissot, para fazer a entrega de placa em nome do Poder Legislativo e de Santa Catarina, em homenagem à Associação Israelita Catarinense, representante dos judeus erradicados em terra catarinense.

Para receber a homenagem convido o sr. Leo Levitan, presidente da iludida associação.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido neste momento o empresário Pedro Sirotsky para fazer a entrega de placa em nome do Poder Legislativo à sra. Tzipora Rimon, embaixadora de Israel.

(Procede-se à entrega de placa.)

Convido para fazer uso da palavra, neste momento, o presidente da Associação Israelita Catarinense, sr. Leo Levitan.

O SR. LEO LEVITAN - Boa-noite!

(Passa a ler.)

"Nesta sessão solene que celebra os 60 anos do Estado de Israel, a Associação Israelita Catarinense saúda a embaixadora de Israel Tzipora Rimon, o presidente da Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina, deputado Julio Garcia, as demais autoridades representantes das várias comunidades e todos aqui presentes.

Para a Associação Israelita Catarinense essa é uma data especial. Representando as famílias judaicas que vivem no estado, chegamos este ano à maioria. A AIC está completando 18 anos, número que na tradição judaica representa a palavra *chai*, quem significa vida. Mais do que o cumprimento da Torá e dos seus preceitos, o *chai*, a vida, remete-nos aos conceitos de paz, harmonia, respeito ao próximo e democracia. Esses são alguns dos valores que a AIC defende desde 1990, quando foi fundada em Santa Catarina, por um grupo de judeus e simpatizantes do judaísmo empenhados em promover o convívio pacífico com outras religiões, outras etnias e minorias.

Somos poucos, é verdade, mas representamos muitos, entre judeus religiosos, seculares e simpatizantes da tradição judaica. Incentivamos a educação sobre nossos valores, nossa cultura e nossas tradições. Vivemos um judaísmo participativo, inclusivo, ético e humanista. Apoiamos o Estado de Israel e sua co-existência pacífica com os países vizinhos. Acreditamos que, se aqui podemos viver em paz com os nossos irmãos semitas, israelenses e palestinos, podem também trabalhar pela paz no Oriente Médio e, num futuro próximo, chegar a um acordo que beneficie a todos.

A data de hoje é especial. Pela primeira vez, a Assembléia Legislativa de Santa Catarina presta uma homenagem a esse país amigo do Brasil, cuja existência deve-se em parte aos esforços da diplomacia brasileira e de Osvaldo Aranha que, em novembro de 1947, presidiu a sessão especial da Assembléia Geral da ONU, que aprovou simultaneamente a criação do Estado de Israel e de um estado palestino na região então controlada pelo império britânico. Os países árabes rejeitaram a partilha, mas as lideranças israelenses abraçaram aquela oportunidade histórica e, seis meses depois, em 14 de maio de 1948, fundaram o país que é uma democracia parlamentar do Oriente Médio.

A data de hoje é especial. Homenageamos os 60 anos de criação do Estado de Israel, onde vivem cerca de sete milhões de pessoas, das quais pouco mais de 75% são judeus. No Brasil, somos menos de cem mil. No mundo inteiro há pouco mais de 13 milhões de judeus. Um grão de areia numa população mundial de 6,5 bilhões de pessoas. Como se vê, os judeus são uma pequena minoria, sem querer ser redundante. Por razões que até nos falta a compreensão, somos discriminados, estigmatizados, perseguidos em muitas regiões do mundo. Somos também admirados, respeitados e valorizados por aqueles que, como nós, buscam a tolerância e a convivência harmoniosa.

Aqui fica hoje nossa sincera homenagem aos 60 anos de Israel. E aqui fica a nossa homenagem à Assembléia Legislativa de Santa Catarina por reconhecer a importância de uma jovem nação nascida das cinzas do Holocausto.

Nós, da AIC, sentimo-nos honrados em participar de um momento tão especial. Em poucos dias teremos a festa de Shavuot, que celebra a outorga da Torá, com seus dez mandamentos ao povo judeu no Monte Sinai. Shavuot encerra um período de reflexão sobre como tratamos nossos semelhantes e também representa a colheita.

Aqui, neste momento solene, convidamos todos a refletirem sobre o tema da tolerância. Com certeza, colheremos paz e harmonia. E na despedida, convidamos o deputado Julio Garcia e a sra. embaixadora Tzipora Rimon para receberem uma lembrança da nossa associação.

Muito obrigado! Shalom!"

(Procede-se à entrega da lembrança.)

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ouviremos, neste momento, a palavra do sr. presidente da SC Parcerias, dr. Alaor Tissot, que representa sua excelência, o governador do estado de Santa Catarina.

O SR. ALAOR TISSOT - Excelentíssimo deputado Julio Garcia, presidente da Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina;

Excelentíssima senhora Tzipora Rimon, embaixadora de Israel, e em seu nome cumprimento todos os componentes da mesa;

Excelentíssimas senhoras e senhores, em nome do governo do estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, gostaríamos de nos irmarmos à homenagem que a Assembléia Legislativa, que representa o povo de Santa Catarina, presta ao Estado de Israel na comemoração dos seus 60 anos.

Queremos dizer que nos sentimos muito orgulhosos com a presença da sra. embaixadora, hoje, principalmente porque tanto o povo israelita quanto o povo catarinense são dois povos trabalhadores e operosos. Israel evidentemente com mais dificuldades, até porque é um território hostil em todos os sentidos. Mas soube, através da tenacidade, do esforço e da tolerância, citado pelo sr. presidente da associação, domá-lo e transformá-lo num local para se viver bem, criando riquezas que lá não existiam. E possui algumas semelhanças com o estado de Santa Catarina. É um território quase na sua totalidade montanhoso, com exceção da parte central, que tem uma planície litorânea. A nossa planície litorânea tem 400 quilômetros, mas é curta, com muito planalto.

E com todas essas dificuldades Israel vem-se destacando no mundo, mercê dessa alma do povo israelita, que sempre procurou viver em paz. E até pelo próprio nome de Jerusalém, que na tradução significa cidade da paz, já vemos que é um povo que procura o entendimento, o trabalho e a concórdia em todos os sentidos. Nós desejamos que Israel continue assim!

Parabéns a todos e muito obrigado em nome do governo do estado de Santa Catarina!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ouviremos, neste momento, a palavra da excelentíssima sra. Tzipora Rimon, embaixadora de Israel.

A SRA. TZIPORA RIMON - (Passa a ler)

"Excelentíssimo presidente da Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina, deputado Julio Garcia;

Excelentíssimo senhor Alaor Tissot, representante do senhor governador do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Leo Levitan, presidente da Associação Israelita Catarinense;

Senhora professora Soraya Quirino, representando o magnífico reitor da Udesc;

Excelentíssimo senhor Pedro Sirotsky, do Grupo RBS TV;

Excelentíssima senhora vice-presidente da Associação Israelita, Renata Vargas Amaral, da comissão de Relações Internacionais da OAB/SC;

Demais deputados, vereadores, líderes e membros da comunidade judaica de Santa Catarina, senhoras e senhores.

É para mim uma grande honra participar, hoje, desta sessão solene da Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina, por ocasião do 60º aniversário da fundação do Estado de Israel.

Essa comemoração está ligada à histórica 'Resolução da Partilha', de novembro de 1947, na Assembléia Geral da ONU, então presidida pelo estadista brasileiro Oswaldo Aranha.

Desde sua independência, em 1948, praticamente surgindo das cinzas do Holocausto, Israel vem cumprindo sua meta de uma democracia genuína, baseada em valores universais. Israel promove a diversidade, liberdade de expressão e liberdade de culto.

Apesar das guerras e constantes ameaças de terrorismo, Israel conseguiu absorver milhões de imigrantes e desenvolver uma economia florescente com um impressionante crescimento econômico, uma próspera vida cultural, mantendo boas relações políticas e comerciais com vasto número de países.

Colocamo-nos na vanguarda de áreas como a ciência e tecnologia, agricultura e biotecnologia, medicina e tecnologia da informação, para mencionar apenas alguns campos de excelência em Israel. Um capítulo importante da história moderna do Estado de Israel é a busca da paz com seus vizinhos.

A declaração de independência de Israel, em 1948, marca: 'Estendemos nossas mãos a todos os países vizinhos e seus povos. E em um oferecimento de paz e boa vizinhança, que estabeleçam laços de cooperação e ajuda mútua com o povo judeu'.

Israel se associa a elementos moderados da região. No passado assinou acordos de paz com o Egito e a Jordânia e hoje está no meio de um processo de negociação com a liderança palestina moderada, cujo objetivo é a resolução do conflito. E creê no diálogo para alcançar um estado que viva em paz ao lado do Estado de Israel. Ao mesmo tempo, Israel continuará a assegurar proteção aos seus cidadãos, fazendo todos os esforços para pôr fim aos lançamentos de mísseis contra sua população civil.

Israel e o Brasil mantêm, durante essas seis décadas, uma grande amizade entre os dois povos, assim como entre os parlamentares. Os países desenvolveram estreitas relações, como visitas oficiais, consultas políticas e assinatura de uma série de acordos de cooperação em várias áreas. Em dezembro passado, o Mercosul e Israel assinaram um acordo de livre comércio, o primeiro acordo de livre comércio do Mercosul com um país extra-regional. A implementação desse novo acordo e mais programas planejados apresentam um potencial para ampliar cada vez mais os laços entre o Brasil e Israel.

Israel também promove os contatos com os estados brasileiros e tem grande interesse em estreitar as relações já existentes com o estado de Santa Catarina. A comunidade judaica catarinense é ativa e calorosa, acompanhando todos os anos acontecimentos em Israel e mostrando assim, como outras comunidades, sua amizade ao povo de Israel.

Sr. presidente, em nome do governo do estado de Israel, do Parlamento de Israel - Knesset - e da embaixada de Israel no Brasil, gostaria de expressar os mais sinceros agradecimentos à Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina por esta sessão solene e pelas calorosas palavras em homenagem ao estado e ao povo de Israel."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência agradece de modo muito especial a presença da embaixadora, da representante da OAB, da representante do reitor da Udesc, do representante do governador Luiz Henrique da Silveira, de representantes da Associação Israelita em Santa Catarina, do empresário Pedro Zirozki e de todos que compareceram a esta singela homenagem, singela em relação àquele valeroso povo.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 041ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Altair Silva - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jaime Pasqualini - Jean Kuhlmann - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Baldissera - Professor Grandó - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença do Grupo Imaculada Conceição, do município de Joinville.

DEPUTADO ALTAIR SILVA - Reporta-se ao sucesso do Sustentar 2008; enfatiza a necessidade de aprovar o Código Ambiental; anuncia audiência pública sobre a água em Chapecó.

DEPUTADO EDISON ANDRIANO - Discorre sobre as mudanças na Previdência Social Nacional e no projeto que cria o Iprev.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (aparte) - Afirma que o governador respeitou a paridade entre os professores aposentados e ativos.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Afirma haver assinado o projeto de emenda constitucional que garante a aposentadoria especial aos trabalhadores em saúde; elogia a 7ª edição do Dona Negócios; pede apoio à federalização da Furb.

DEPUTADO JAIME PASQUALINI (pela ordem) - Anuncia a presença do reitor da Unidavi, professor Viegand Eger.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Aborda a questão do art. 100, § 2º, do Regimento Interno.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Apresenta PEC que garantirá aposentadoria especial aos servidores da Saúde.

Partidos Políticos

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Comenta a tentativa de cassação do mandato do prefeito de Guarujá do Sul.

DEPUTADO JAIME PASQUALINI - Elogia o modelo catarinense de informatização do Judiciário, descentralização do ensino superior e Defensoria Dativa.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Anuncia o cumprimento da palavra do governador com o envio do projeto do Prêmio Jubilar; informa sua licença do Parlamento por quatro meses.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (aparte) - Lembra que os deputados da base do governo e o governador cumprem o compromisso com os professores aposentados.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Comenta realizações do município de Piratuba em parceria com o governo estadual; refere-se à Festa do Leite, a realizar-se em Presidente Getúlio.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Enfatiza as realizações do governador Luiz Henrique e o grande número de títulos de cidadão honorário que tem recebido.

DEPUTADO ROMILDO TITON (aparte) - Ressalta a importância de Piratuba como balneário bem organizado.

Explicação Pessoal

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Manifesta inconformidade com o pagamento de subsídio aos ex-governadores.

DEPUTADO JAIME PASQUALINI - Afirma que descentralização só deu certo para outros estados; aborda a Defensoria Pública.

DEPUTADO ALTAIR SILVA (aparte) - Critica a descentralização.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Registra a passagem do Dia Nacional da Adoção.

DEPUTADO ALTAIR SILVA (pela ordem) - Registra a presença das professoras Mariângela e Márcia, da Fabec de Concórdia.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Elogia o projeto que cria o Iprev.

DEPUTADO ALTAIR SILVA (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Saltinho, de Cássio Credebom, e do prefeito de Caxambu do Sul.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Critica o governo Lula pela demissão de Marina Silva; mostra-se favorável às pesquisas com células-tronco embrionárias; elogia o governo do estado pelo Prêmio Jubilar.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Reporta-se ao Encontro do Conselho de Entidades Médicas de Santa Catarina, em Fraiburgo; posiciona-se a favor da aprovação da Emenda n. 29/2000 no Congresso Nacional; elogia PL que prevê assistência técnica de arquitetos e engenheiros para construções de famílias de baixa renda.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Exalta as realizações do governo Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, desejo registrar, com grande satisfação, a presença, nesta Casa, do Grupo Imaculada Conceição, da terceira idade, do município de Joinville, do bairro Boa Vista, coordenado pela Valéria, pela Tina e sua equipe.

Obrigado pela presença e parabéns pelo trabalho que realizam na cidade de Joinville!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - A Mesa Diretora dá as boas-vindas ao grupo da terceira idade!

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Altair Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Boa-tarde a todos os srs. deputados, às sras. deputadas, ao nosso presidente da sessão, deputado Clésio Salvaro, à TVAL, à Rádio Alesc Digital e a todos os servidores que estão presentes nesta sessão, aproveitando esse espaço democrático que a Casa oferece no sentido de também participarem.

Ontem, dia 26, e hoje, dia 27, estamos tendo nesta Casa um importante evento: o Sustentar 2008, que trouxe para Florianópolis e para a Assembléia Legislativa especialistas de um segmento muito debatido no momento. E o Sustentar 2008, proposto pelo deputado Pedro Uczai, alcançou um grande objetivo: fomentar a utilização de técnicas e tecnologias para a energia renovável.

Como técnico que sou desse segmento, pude perceber a importância da realização desse evento. Tivemos a presença de professores universitários, de acadêmicos e dos centros de pesquisa. Creio que poderiam estar aqui também mais produtores rurais, segmentos do agronegócio, cooperativas, agroindústrias. Mas tenho certeza de que esse já foi um grande passo, porque é realmente um debate que Santa Catarina tem que enfrentar e um desafio que todos temos que resolver.

Por isso o Sustentar 2008 inicia coroado de sucesso e certamente será um marco que vai produzir ações que serão implementadas em benefício de termos um ambiente melhor para vivermos.

Foi realmente gratificante. Tive a oportunidade de participar de várias conferências e percebi que se trata de um evento muito positivo. Quero deixar este registro aqui nesta Casa.

Agora, juntamente, com o Sustentar 2008, na condição de suplente e numa proposta do Partido Progressista, que nos proporcionou a oportunidade de estar nesta Casa mesmo que por um pequeno período, na condição de técnico agrícola e também de bacharel em Direito, vislumbrei meu primeiro desafio, para o qual teria que trabalhar incessantemente.

Foi propalado em todos os meios de comunicação, na imprensa falada, escrita e televisada, nas entidades, nas cooperativas, nas agroindústrias, enfim, em todos os segmentos que representam o agronegócio, que o Código Ambiental já estaria em tramitação nesta Casa. Essa é uma informação que trago não somente para esta Casa, mas para todos os catarinenses: o Código Ambiental ainda não chegou a esta Casa, pois foi uma proposta que o Executivo assumiu o compromisso de encaminhar para que houvesse aqui uma grande discussão nas comissões. Sinto no ambiente da Casa que os 40 deputados têm enorme interesse em fazer com que esse desafio de produzir e preservar avance.

Desejando contribuir ainda mais com essa causa, formamos uma comissão de técnicos agrícolas para estudar o anteprojeto do PL que já era para estar nesta Casa.

Então, quero fazer esse registro e um apelo para que o Executivo, que assumiu o compromisso com a sociedade de encaminhar esse projeto - e faço aqui o desafio à secretaria do Desenvolvimento Sustentável -, envie-o o quanto antes para esta Casa, porque Santa Catarina vive um momento para discutir e avançar nessas causas ambientais, caso contrário seremos vencidos pelo tempo, porque as ações não acontecem e a sociedade lá fora nos cobra. Inclusive, quando subi pela primeira vez a esta tribuna, afirmei que essa era a grande causa da nossa presença neste Parlamento. É claro que, mesmo na condição de suplente, vamos, como cidadão, dar seguimento ao acompanhamento, porque temos profundo interesse que esse projeto avance, pois Santa Catarina precisa.

Quero aproveitar para fazer um agradecimento à Casa, pois em Chapecó, a cidade que me adotou, temos um grande desafio que é o abastecimento de água para a nossa população. Já falei aqui em outra oportunidade que temos um único santo, ou seja, o Lajeado São José, que abastece de água o município de Chapecó. Infelizmente, o atual plano diretor tem permitido o avanço da cidade em direção àquele lajeado. Isso tem causado profundo transtorno à população de Chapecó, porque quando ocorre uma pequena estiagem, vários bairros ficam desabastecidos daquilo que é fundamental à vida do ser humano, que é a água.

Esta Casa aprovou um requerimento nosso e no dia 6 - já estamos aqui com os convites -, na Semana do Meio Ambiente, estaremos realizando, em Chapecó, uma audiência pública para encontrarmos uma saída para solucionar esse grande desafio. Mas junto com esse desafio da audiência pública, nós precisamos também atender a uma necessidade urgente que é a demanda de água nas propriedades rurais.

O Executivo tem falado muito sobre o programa Água da Chuva. Esse programa, filosoficamente, é muito bom, mas não tem atendido às necessidades prementes que o nosso produtor, o avicultor e o suinocultor, vive, que é o de ter água na propriedade. Precisamos de ações mais enérgicas. E sempre digo que os custos das secretarias de Desenvolvimento Regional inviabilizam a materialização desses projetos de cunho filosófico, ou seja, o estado tem um custo muito alto para se manter.

Por isso, temos esse grande desafio de trabalhar, de convencer a sociedade de que precisamos de água para sobreviver. Temos que, a cada dia, a cada momento, mudar as nossas atitudes no sentido de entender que sem água não há vida. Então, temos que nos irmanar nesse desafio de preservar, de conservar e de manter os nossos mananciais de água para que possamos, sim, abastecer as nossas populações, as nossas cidades, para que convivam em harmonia com a atividade agrícola, que precisa de muita água, assim como a população das nossas cidades que também precisam dessa água para sobreviver.

Portanto, catarinenses, quero deixar aqui o meu registro e o agradecimento a esta Casa, porque tenho certeza de que essa audiência pública será propositiva, construtiva e, certamente, dela virão boas soluções para que possamos, sim, vencer mais esse...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Srs. deputados, de acordo com requerimento apresentado pelo sr. deputado Edison Andriano, s.exa. exercerá agora o direito, a preferência de usar a palavra, tendo em vista que não usou a tribuna durante quatro sessões. Portanto, a palavra está assegurada a s.exa.

De acordo com o nosso Regimento Interno, concedo a palavra ao deputado Edison Andriano, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, tramitam nesta Casa dois projetos de suma importância para Santa Catarina. Há outros projetos importantes, mas selecionaria estes dois como de uma importância muito grande: o primeiro refere-se à Previdência dos servidores do estado de Santa Catarina e o segundo é o que estabelece o novo Código Ambiental catarinense.

Historicamente, desde que comecei a fazer política sempre houve debate, uma controvérsia e uma polêmica muito grande com relação tanto à previdência do setor privado, quanto àquela dos servidores públicos federais, estaduais e municipais.

Todos nós sabemos que o grande problema da Previdência Social foram a má gerência, os desvios de recursos e as sonegações constantes de empresários que deixavam de recolher o imposto. Os recursos da Previdência Social eram aplicados em setores que não eram setores fim; eram obras faraônicas, como a Ferrovia do Aço, a Transamazônica, na época da ditadura, financiadas com recursos da Previdência Social.

Sempre disse que não eram os servidores públicos, nem os trabalhadores que tinham que pagar o preço pela falência da Previdência Social neste país. E lá em Brasília, como deputado federal, tive a oportunidade de votar duas medidas do Executivo, na época do presidente Fernando Henrique Cardoso e, depois, no governo Lula, que mexiam no conteúdo, na substância das regras da Previdência Social. Refiro-me à Emenda Constitucional n. 20, de 1998, do governo Fernando Henrique Cardoso, que alterou o tempo de serviço para a aposentadoria integral, de 30 para 35 anos; alterou também o limite de idade mínima para aposentadoria, 55 para 60 anos de idade. Foi a extinção da aposentadoria proporcional para novos servidores e a criação da regra de transição, criando um pedágio de 20% e 40% para aposentadorias integrais e proporcionais, com idade de 53 e 48 anos de idade. Extinguiu também as aposentadorias especiais, exceto aquelas que prejudiquem a saúde ou a integridade física, e do professor em exercício efetivo na educação infantil e no ensino fundamental, além de proibir a percepção de mais uma aposentadoria pelo serviço público, exceto as acumuláveis.

Quero dizer a esta Casa que votei contra aquela reforma da Previdência Social apesar da recomendação do meu partido, que apoiava o governo Fernando Henrique Cardoso, porque continuava a entender que o problema não era o aposentado.

Depois, em 2003, veio a Emenda Constitucional n. 41, então já no governo do Luiz Inácio Lula da Silva, governo que o meu partido, companheiro Professor Grandó, também apoiava. Essa emenda rasgou, que me perdoem os companheiros do PT, o discurso histórico daqueles que faziam oposição a Fernando Henrique. A emenda criou a contribuição dos aposentados brasileiros que não pagavam Previdência; aumentou de 9% para 11% a contribuição dos servidores públicos e uma série de acréscimos que não trouxeram nenhuma vantagem para os servidores públicos.

Nós defendíamos e defendemos a idéia de que os servidores públicos brasileiros que se aposentam já contribuíram! Na realidade, a sua aposentadoria, deputado Kennedy Nunes, é fruto de 25, 30, 40 anos de contribuição previdenciária. Por que os aposentados têm que pagar pelos erros cometidos pela má administração e pelos desvios dos recursos da Previdência? Não! Então, foi o governo Lula que implantou a contribuição dos aposentados e que aumentou, deputado Professor Grandó, de 9% para 11% a contribuição dos servidores públicos.

Agora, depois que essa Emenda Constitucional n. 41 foi aprovada, as prefeituras e os governos estaduais começaram a adaptar a sua realidade previdenciária à situação nacional. E isso nada mais é do que o Projeto de Lei n. 0050/2008, de autoria do Poder Executivo, que tramita nesta Casa, ou seja, é uma readaptação da situação previdenciária do estado de Santa Catarina às normas estabelecidas pelo governo federal, contendo, inclusive, alguns compromissos do governo federal com os governos estaduais, como a reforma da Previdência Social dos servidores estaduais brasileiros. Aqui mesmo, em Florianópolis, a prefeitura, no governo passado, no governo do PP, teve que criar a previdência dos servidores municipais para se adaptar à realidade nacional.

Por isso, quero aqui dizer aos companheiros, deputadas e deputados de Santa Catarina, que eu tive autonomia para votar contra o meu partido, em Brasília. Inclusive, deputado Moacir Sopelsa, o deputado Carlito Meress, que era o coordenador da bancada catarinense no Congresso Nacional, quis obrigar o governador Luiz Henrique da Silveira a fazer com que eu votasse favorável à proposta do governo federal, sob pena de me tirar do Câmara Federal. E eu coloquei ao governador Luiz Henrique da Silveira que eu tinha compromisso com os servidores públicos, assim como ele, pois estava expresso no livrinho do 15: "Leia, guarde e cobre". Eu afirmei ao governador que tinha compromisso com os servidores públicos catarinenses de que não votaria a favor da reforma da Previdência Social nacional porque o problema não eram os servidores nem os aposentados.

Eu não vou votar aqui projeto da Previdência, que retira direitos dos trabalhadores aposentados públicos. Agora, nós precisamos readaptar a realidade da Previdência Social de Santa Catarina à Emenda Constitucional n. 41, que está em vigor e que não foi votada por nenhum de nós, mas foi votada pela base do governo que dá sustentação ao governo federal.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa tem razão. A Emenda n. 41, de 2003, tirou também um dos grandes direitos que é o direito à paridade do funcionário aposentado com o da ativa. Por isso o governador Luiz Henrique da Silveira, em seu comportamento coerente, como v.exa. acabou de relatar, manteve, em relação aos professores, a paridade dos aposentados, concedendo-lhes um abono igual aos da ativa. Ou seja, fez justiça. Mesmo sabendo que a Emenda n. 41 dar-lhe-ia liberdade para não fazer, ele o fez.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Muito obrigado, deputado Professor Grandó. Mas quero dizer-lhe que a paridade foi um problema sério. Eu vi a luta e a dificuldade de um deputado do PT, um homem dos mais valorosos de Santa Catarina, o deputado Mauro Passos, que não queria votar, mas foram buscá-lo em casa e praticamente obrigaram-no a votar e ele acabou abstenendo-se da votação.

Então, na realidade, foi uma grande pressão do governo federal para que nós, em Brasília, acabássemos com a paridade - e eu não acabei - entre os servidores aposentados e os ativos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Srs. deputados, há um requerimento sobre a mesa, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que requer, de acordo com o § 2º do art. 100 do Regimento Interno desta Casa, prioridade no uso da tribuna, tendo em vista não a ter utilizado nas últimas quatro sessões.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. deputado Clésio Salvaro, que preside esta sessão ordinária. Muito boa-tarde aos srs. parlamentares, ao público que nos acompanha, nesta sessão do dia 27 de maio, nas galerias da Assembléia Legislativa e também a quem nos está acompanhando pela TVAL ou pela Rádio Aleisc Digital.

Eu gostaria, sr. presidente e srs. deputados, de saudar aqui também o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Estadual de Santa Catarina; o Sinte, Sindicato dos Trabalhadores da Educação; o Sindalesc, Sindicato dos Servidores da Assembléia Legislativa; o Sinjus, Sindicato dos Servidores do Judiciário; a Afalesc, Associação dos Funcionários da Assembléia Legislativa; a Associação Catarinense dos Professores; a Aprasc, a Associação dos Praças de Santa Catarina; e também o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Saúde do Estado de Santa Catarina, que estão no dia de hoje fazendo atividades nesta Casa, principalmente para sensibilizar os demais parlamentares, deputados e deputadas, sobre um projeto que iremos votar nos próximos dias, referente à criação do Iprev, que já foi tema de discussão em diversas audiências públicas.

Quero dizer ao deputado Edison Andrino que podemos mudar essa situação com o voto dele contrário à criação do Instituto de Previdência, que é uma forma de se redimir com os servidores públicos estaduais.

Também quero dizer ao SindSaúde que esta deputada assinou, sim, o projeto de emenda constitucional para garantir a aposentadoria especial aos trabalhadores em saúde. Nada mais justo - sou servidora da

saúde e sei do trabalho que tivemos na questão de beneficiar os nossos, quem nos procura para atendimento - do que a aposentadoria especial, que já era um direito nosso e que infelizmente caiu. Mas nós podemos, parlamentares desta Casa, votar a favor desse projeto da emenda constitucional encaminhado pelo deputado Sargento Amauri Soares, que já tem a minha assinatura, conforme já mencionei a todos vocês.

(Palmas das galerias)

(Passa a ler.)

"Sr. presidente, também gostaria de dizer que está acontecendo, com grande satisfação, no *hall* desta Casa, a 7ª Edição do Dona Negócios. Esse projeto foi implantado pelo núcleo da Secretaria da Mulher Empreendedora da Ampe - Associação das Micro e Pequenas Empresas de Blumenau -, que tem como objetivo evidenciar as empresas de micro e pequeno porte, seus produtos e seus serviços, principalmente valorizar o trabalho da mulher.

Pela primeira vez o Dona Negócios, srs. parlamentares, é realizado fora do município de Blumenau, acontecendo aqui no município de Florianópolis, até a próxima sexta-feira."

E faço um convite a todos vocês para que prestigiem o que fazem as mulheres de Blumenau, que estão costurando a história da cidade, a história do estado de Santa Catarina. Eu tenho certeza de que excelentes produtos estarão no *hall* desta Casa até a próxima sexta-feira.

(Continua lendo.)

"Quero aproveitar para dar os parabéns à sra. Susete Santos de Novaes, organizadora desse evento. Também quero agradecer a todas as empresas da cidade de Blumenau, que vieram expor os seus produtos: Blufera, Dê Flores, Dirce Decorações Têxteis, Honey Line, Janfer Sports, Katinho 22, Kiar, Lai Fashion, Melim, Cascanéia, Piccolo Pecatto, Shoptex, Telecomunicações Blumenau, Tijucon e Vera Marcellos."

Sr. presidente, não poderia deixar passar em branco o que está acontecendo também no município de Blumenau. Nós estamos iniciando naquela cidade, no dia de hoje, depois de muito conversar, de muito debater com a comunidade não só daquela cidade, mas de diversos municípios circunvizinhos e, por que não dizer, de todo o estado de Santa Catarina, um importante processo de participação popular, através de um plebiscito para ouvir a população sobre a importância da federalização da Furb.

(Continua lendo.)

"O Comitê Pró-federalização da Furb está-se colocando à disposição da nossa sociedade, através de urnas e abaixo-assinados. O objetivo é saber se a comunidade de Blumenau e da região apóiam o movimento pela federalização da nossa Universidade Regional de Blumenau."

Eu quero, sr. presidente, manifestar que nós votaremos, sim, pela federalização da universidade. Temos acompanhado, deputado Jaime Pasqualini, todo o esforço do governo do presidente Lula para a expansão das universidades em nosso país e em nosso estado. A Universidade Federal de Santa Catarina terá três novos *campi*: um em Araranguá, na região sul; um em Joinville, na região norte; e um em Curitibaanos, no centro do estado de Santa Catarina. O governo Lula também está criando a Universidade Federal da Fronteira Sul, com sede no município de Chapecó, a qual beneficiará o oeste do estado de Santa Catarina. Somente a região do vale do Itajaí está fora desse programa de expansão.

Por isso o Comitê Pró-federalização defende que a melhor alternativa para uma universidade pública em nossa região passa pela federalização da Furb, Universidade Regional de Blumenau, que completa, em 2008, 44 anos de trabalhos prestados.

Quero dizer também para os srs. deputados e para as sras. deputadas que a Furb foi organizada pelo movimento dos trabalhadores e trabalhadoras da região de Blumenau por não haver uma universidade naquela cidade. Assim, há 44 anos ela está servindo de referência não só para Blumenau, como para toda a região do médio e do alto vale do Itajaí e para o estado de Santa Catarina.

(Continua lendo.)

“O objetivo, srs. parlamentares, é fortalecer politicamente a bandeira da nossa universidade federal. O comitê está coordenando a implementação de duas ações estratégicas:

1. Mobilizar e realizar uma ampla consulta junto às comunidades universitária e regional sobre a proposta de federalização da Furb, através de plebiscito que estará ocorrendo, a partir de hoje, até o próximo dia primeiro de junho.

2. Articular o apoio com visitas para o reconhecimento por parte do ministério da Educação e Cultura sobre a proposta da federalização da Furb.

O principal objetivo é a instalação da comissão especial, com a participação do ministério da Educação e Cultura, para elaborar uma proposta de inclusão da Furb no plano de expansão de ensino superior no estado de Santa Catarina.

Por que federalizar a Furb? Porque se trata de uma questão de cidadania. O acesso à educação superior e o desenvolvimento da ciência e tecnologia constituem princípios de ordem democrática. É direito da sociedade e um dever do estado.

Também porque precisamos enfrentar a crise de destino da nossa universidade. A Furb é uma instituição de direito público municipal e de financiamento privado, que se financia às custas das mensalidades pagas pelos estudantes, o que dificulta o acesso da nossa juventude ao ensino superior. Uma universidade federal em Blumenau promoverá o desenvolvimento do vale do Itajaí e também do estado de Santa Catarina.

Concretamente, a federalização significa investimentos de recursos públicos no potencial de desenvolvimento de nossa região. Teríamos, por exemplo:

- garantia e ampliação do acesso da população à universidade;
- maior autonomia da região para definir suas estratégias de desenvolvimento científico e tecnológico;
- ampliação das atividades de extensão e prestação de serviços para a comunidade.

Portanto, como defende o comitê, o movimento pela federalização não se limita aos muros da universidade. A bandeira da federalização recupera os mútuos compromissos históricos entre a Furb e a comunidade regional.”

É desta forma, srs. parlamentares, que esta deputada, juntamente com a comunidade do município de Blumenau, é favorável, sim, à federalização daquela universidade, dando possibilidades a que mais jovens cursem o ensino superior, porque é um desejo de todas as mães, de todos os pais e, principalmente, da nossa juventude acessar o ensino público e gratuito de boa qualidade.

Eu acho que o médio vale do Itajaí necessita de uma universidade pública, porque eu acredito que nós ficamos reféns e nunca fomos atendidos pelo governo do estado nem pelo governo federal, no sentido de termos acesso ao ensino superior gratuito.

É desta forma, sr. presidente, que eu peço a todos os parlamentares que também levantem a bandeira da federalização, para que aquela universidade que completa 44 anos de idade no município de Blumenau e que atende não só os estudantes do estado de Santa Catarina, como também todos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Jaime Pasqualini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jaime Pasqualini.

O Sr. Deputado Jaime Pasqualini - Sr. presidente, eu gostaria de anunciar a presença, no plenário desta Casa, do reitor da Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, o professor Viegand Eger, que nos prestigia com a sua presença. Ele, com mais alguns companheiros, fundou, em 1966, aquela universidade que está completando, hoje, 42 anos.

Obrigado pela presença!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Esta Presidência faz o registro.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, eu queria deixar registrado aqui uma preocupação que tenho quanto à inscrição dos parlamentares que não fazem uso da palavra ou não tiveram a oportunidade de fazer uso da palavra nas últimas quatro sessões.

Eu acho que precisamos tratar de esclarecer este assunto. O deputado pode ficar fora da Assembléia durante as quatro sessões, vem aqui e tem prioridade para falar.

Quero deixar claro que não estou inscrito e não tenho nada contra o requerimento da deputada Ana Paula Lima, mas isso já aconteceu há alguns dias. O art. 100, § 2º, do Regimento Interno, não é claro.

Quando é concedida a oportunidade ao deputado de falar, no meu entender, ele é o primeiro da lista daquele dia. Mas este é um assunto para a Mesa discutir, a fim de não criarmos aqui um entendimento errôneo. A meu ver, há possibilidade de existir atritos entre os deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Nobre deputado, a sua sugestão será acatada e vamos levar para discussão na Mesa Diretora, possivelmente com os srs. líderes.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente e srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, especialmente os servidores da Saúde do estado aqui presentes, temos alguns assuntos para tratar neste momento, mas não poderia deixar de citar o falecimento, na última sexta-feira, do senador Jefferson Peres, do PDT da Amazônia.

Embora, do ponto de vista da compreensão da política internacional, sobretudo latino-americana, este parlamentar tivesse várias divergências com aquele senador, é preciso registrar que Jefferson Peres era um baluarte da moralidade e do bom trato da coisa pública no Senado Federal.

Mas quero dizer também, sr. presidente, que os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e eu, como parlamentar, temos o compromisso de honra com essa categoria, que continua esperando a reabertura da negociação a respeito do pagamento da parcela que falta pagar da Lei n. 254.

Não falta tanto para pagar quanto falam, muito menos vai falir os cofres do governo terminar de pagar a Lei n. 254. Pelo contrário, temos visto aqui que tem aparecido projeto de política salarial, inclusive para pessoas que já ganham muito bem, enquanto que nós, os praças e os servidores da Segurança em geral, continuamos na fila de espera há dois anos e sete meses sem negociar salário com o governo. Nós somos a categoria que faz mais tempo que não negocia salário com o governo e faço questão de dizer isso aqui na presença dos trabalhadores da Saúde. Mas continuamos aguardando, portanto.

Sr. presidente, a PEC que estamos apresentando no dia de hoje, nesta Casa, é uma proposta de emenda constitucional com o objetivo de garantir a aposentadoria especial para os trabalhadores da área da Saúde. O Magistério já tem esse benefício desde a Constituição de 1989, embora agora limitado por idade, 50 anos para a mulher e 55 para o homem. Os servidores da Segurança Pública já adquiriram esse direito e todos os servidores da Saúde continuam aguardando há quase duas décadas.

Então, estávamos trabalhando na perspectiva de buscar uma conjuntura para que o projeto fosse encaminhado pelo Executivo, a fim de garantir esse direito. Mas nessa conjuntura, com a demora em discutir a Lei n. 254, parece que não vai ser tão rápido também resolver outras questões.

Então, o nosso gabinete, a pedido do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, o Sindsaúde, e de vários trabalhadores, honrando compromissos anteriores e históricos da categoria, fez o estudo e apresentou uma proposta de emenda constitucional pretendendo mudar o art. 30 da Constituição do Estado, estendendo o direito à aposentadoria especial também para os trabalhadores da Saúde.

(Palmas)

Gostaria de anunciar com satisfação e agradecer aos colegas deputados e deputadas que já assinaram esta proposta. Não é uma proposta do deputado Sargento Amauri Soares, é uma proposta dos trabalhadores da Saúde que nós, como parlamentar, estamos abraçando. Passo a ler o nome dos 19 deputados que já assinaram e, portanto, vamos passar de 20 assinaturas na tarde de hoje ainda, antes de protocolar este projeto:

(Palmas das galerias)

(Passa a ler.)

Este deputado que lhes fala e os deputados Jorginho Mello, Darci de Matos, Dagomar Carneiro, Renato Hinnig, Cesar Souza Júnior, Pedro Uczai, Décio Góes, Jailson Lima, Dirceu Dresch, Professor Grando, Pedro Baldissera, Genésio Goulart, Ana Paula Lima, Clésio Salvaro, Kennedy Nunes, Altair Silva, Jaime Pasqualini e Silvio Dreveck. Temos ainda outros deputados que já se comprometeram, mas ainda não chegaram, portanto vamos passar de 20 assinaturas.

A bancada do PMDB, segundo me informaram, vai analisar como será feito isso e há possibilidade de ainda termos um amplo consenso deste Parlamento com relação a esse direito que é absolutamente legítimo para aqueles que seguram as pontas da população pobre do nosso estado que bate nos hospitais.

Muito obrigado a vocês e parabéns pela luta!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Pedro Baldissera, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, na tarde de hoje, no horário do partido, teria vários assuntos a abordar, mas gostaria, inicialmente, de trazer presente que no município de Guarujá do Sul, no extremo oeste de Santa Catarina, temos um prefeito do Partido dos Trabalhadores, que, em função do resultado eleitoral, não tem nenhum vereador na Câmara Municipal e passa, neste momento, por um processo de investigação que está encaminhando a sua cassação. Assim, gostaria de trazer presente o motivo pelo qual está solidificado o pedido, o requerimento da comissão que investiga o caso.

Em 2006, por lei municipal aprovada na Câmara de Vereadores, foram repassados R\$ 27 mil para a Associação de Desenvolvimento da Microbacia, formada por pequenos agricultores, que com esse dinheiro realizariam a Feira Municipal, que depois de muitos anos fora reativada pela atual gestão municipal.

Os recursos foram repassados por lei aprovada na Câmara e foram aplicados na feira daquele município. Eu estive presente, na época, como parlamentar, porque a feira serve para o fortalecimento da indústria, do comércio, da economia local e da pequena agroindústria no interior do município. A comissão fez a promoção, fez a feira e fez também, em seguida, a prestação de contas, que foi encaminhada ao setor de contabilidade da Câmara de Vereadores.

No começo de 2007, o Tribunal de Contas de Santa Catarina deu parecer favorável às contas do município; a Câmara de Vereadores, por sua vez, acatou o parecer do TCE manifestando-se pela aprovação das contas.

No entanto, agora, em 2008, os mesmos vereadores que aprovaram as contas do prefeito, nas quais estava contida a prestação de contas dos recursos repassados à Feira Municipal, encaminham o processo de cassação do prefeito alegando alguns motivos, entre eles a falta de licitação, cuja obrigação havia sido repassada para a entidade - a lei não dizia nada, mas havia a autorização do Legislativo. Outro motivo foi o fato da comissão que realizou a feira ter prestado contas através do recibo dos R\$ 27 mil que foram repassados à entidade.

Nós entendemos que os recursos efetivamente foram repassados, houve a prestação de contas para o setor da contabilidade do município, o Tribunal de Contas aprovou essas contas, os vereadores, todos eles, unanimemente aprovaram as contas do prefeito e agora, às vésperas das eleições, começa todo um processo na tentativa de tumultuar, de complicar o atual prefeito, que é um dos pré-candidatos à eleição.

Não houve desvio de nenhum centavo. O município, o prefeito, simplesmente cumpriu uma lei votada pela Câmara de Vereadores, os recursos destinados à feira foram, todos eles, investidos e aplicados, foi feita a prestação de contas, devidamente aprovada pelo TCE e pela Câmara Municipal.

É uma forma de tumultuar a própria administração, porque sabemos que nesse contexto o município pára. Quem perde com isso? É aquela população, aquele pequeno município do interior, com cinco ou seis mil habitantes, porque se cria um transtorno por um recurso que efetivamente foi investido na Feira Municipal para o desenvolvimento do município, para mostrar o município para a região. Estive lá testemunhando, foi uma feira de alta qualidade para aquele município e para a região.

Então, o nosso sentimento, neste momento, é de preocupação com aquela comunidade, que se sentiu contemplada ao realizar a feira. No município está havendo um sentimento de revolta por parte da população, uma revolta muito grande, porque vê que se trata de um golpe neste momento eleitoral, uma vez que já se passaram basicamente mais de dois anos da realização da feira e até então nenhum dos vereadores que aprovou as contas havia levantado qualquer suspeita. Agora, quando começa o período eleitoral, vem a turbulência, vem a truculência dos vereadores que estão encaminhando esse processo no município de Guarujá do Sul.

Esperamos que o homem possa continuar a trabalhar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PTB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PDT.

(Pausa)

Não havendo deputados do PDT que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Jaime Pasqualini, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JAIME PASQUALINI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, o assunto que me traz à tribuna do Parlamento catarinense, no dia de hoje, dando uma trégua à minha quixotesca luta contra a corrupção, contra o descaso com a coisa pública, está relacionado, deputado Rogério Mendonça, com a Justiça.

Todos os deputados receberam um convite de um ato solene que aconteceu recentemente no Tribunal do Júri do Fórum da Comarca de Lages, onde o presidente da Comissão Permanente do Mutirão da Conciliação e Cidadania, desembargador Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, fez a abertura da 5ª Semana do Mutirão de Conciliação.

Santa Catarina, sr. presidente e srs. deputados, é precursora de muitas ações que alavancaram o nome da Justiça brasileira através de exemplos colhidos aqui no estado. Apenas de passagem, gostaria de lembrar o ex-juiz do Trabalho, dr. Schedit, que na Comarca de Lages informatizou as salas de audiência há quase 20 anos.

Hoje, quando vamos aos fóruns de Santa Catarina e de muitos outros estados da federação e lá encontramos salas de audiência totalmente informatizadas, deve-se ao dr. Schedit, que foi o precursor dessa inovação, proporcionando celeridade, rapidez aos processos. Foi em Brusque que o juiz inaugurou a Justiça Eleitoral também informatizada.

Deputado padre Pedro Baldissera, Santa Catarina é exemplo para o Brasil em termos de informatização, de agilidade judicial. Na verdade, Santa Catarina é exemplo em muitas outras coisas. Basta citar o caso das fundações educacionais, e aqui há pouco recebemos a visita do reitor Viegand Eger. Para quem não sabe, deputado Sílvio Dreveck, e v.exa. sabe, enquanto o ensino público gratuito ficou restrito à capital, foram as faculdades particulares que se instalaram em todos os cantos do estado que levaram o ensino superior às pequenas comunas.

Citava em outra sessão o trabalho feito pelos prefeitos de então, Rogério Mendonça e Nelson Goetten, que receberam de braços abertos uma faculdade em suas cidades. Santa Catarina é, pois, modelo na difusão, na distribuição do ensino superior remunerado, é verdade, mas em todos os cantos do estado. Enquanto os outros estados recebiam o ensino superior público e gratuito, Santa Catarina não tinha esse beneplácito e levava a faculdade paga a todos os cantos. Isso é modelo para o Brasil.

Se há a informatização na Justiça, se há o sistema de ensino superior que é modelo para o Brasil, isso não começou neste governo, é coisa de mais de 40 anos. Só a nossa universidade fará 42 anos de existência.

Quero citar o exemplo da Defensoria Dativa ou da assistência judiciária gratuita, que também é modelo para o Brasil.

Eu era pequeno, nem ambicionava ainda ser advogado e meu pai dizia: "Meu filho, no interior quando um agricultor pensa em ir a um advogado para fazer uma consulta, ele já trata de vender uma vaca de leite para pagar."

Esse era o estigma, deputado Moacir Sopelsa, v.exa. sabe a dificuldade que se tinha de conseguir um advogado para patrocinar uma causa. O pobre do agricultor vendia a sua vaca para pagar a consulta, porque eram poucos os profissionais. Para defender uma causa, então, ele vendia quase todo o seu patrimônio. E vejamos que a situação nas outras regiões não deve ser diferente da minha, sr. presidente. Na minha região, quando o cidadão estava prestes a morrer, a família já tratava de tirar tudo do nome dele e passava para o nome de um parente para fugir do inventário, porque o advogado comia a metade dos bens do *de cuius*, do falecido. Essa era a realidade catarinense e, por certo, de todo o Brasil.

Em 1997, a Constituição Federal determinou que os estados deveriam criar a sua Defensoria Pública gratuita, ou seja, criar um novo órgão no estado para patrocinar a causa dos pobres, dos que têm dificuldades financeiras. Santa Catarina não seguiu à risca o preceito constitucional. Criou seu próprio modelo: a assistência judiciária junto com a Ordem dos Advogados do Brasil. Em Santa Catarina os advogados que iniciam a sua luta aprendem, e recebem por isso, atendendo as pessoas que não têm condições de sustentar o patrocínio de uma causa. Esse é o modelo que só existe em Santa Catarina.

E agora, deputado Sílvio Dreveck, a Associação Nacional dos Defensores Públicos entrou com uma ação contra esta Casa, contra este Parlamento, tentando derrubar esse exemplo para o Brasil, que descarrega esse peso do estado, retribui os profissionais advogados que começam a carreira e ainda assim aprendem. Talvez o que esteja faltando, deputado presidente, seja criar uma nova tabela de remuneração para esses advogados que labutam na causa dos que menos podem pagar. Mas também regularizar o pagamento desse assistente judiciário da Justiça gratuita ou dos defensores públicos.

Eu quero voltar aqui numa outra oportunidade, sr. presidente, para mostrar o que significaria, deputado Altair Silva, criar uma Defensoria Pública do estado. Seriam mais de 500 profissionais contratados com um salário de não menos de R\$ 12 mil e com toda uma estrutura de cargos e salários de carreira pagos pelos cofres do estado. Menos da metade disso é o suficiente pagando os advogados que atendem, prontamente, todas as comarcas do estado, aprendendo, exercitando o seu mister.

De forma que essa ação contra a Assembléia Legislativa por ter aprovado a Lei Complementar n. 155 deve merecer, não só de nós, deputados, mas também da OAB, a repulsa, porque ela atenta contra o erário público e contra o exercício da cidadania, que é ter um advogado gratuito e bem remunerado.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao D25.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por um tempo de até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, neste espaço do meu partido, desejo fazer colocações referentes a dois assuntos.

O primeiro, deputado Elizeu Mattos, diz respeito aquilo que a bancada da base do governo havia se comprometido com a sociedade catarinense e, principalmente, com os professores inativos, deputado Moacir Sopelsa, aqueles que estão fora das salas de aula, mas que já cumpriram o seu papel e têm uma folha de serviços prestados para a educação de Santa Catarina.

Nós fomos mal-entendidos, a Oposição tentou confundir a sociedade catarinense. Há poucos dias nós aprovamos nesta Casa o Prêmio Educar, através de uma medida provisória enviada pelo governador Luiz Henrique da Silveira para esta Casa, deputada Ada De Luca. E naquele momento não poderíamos ser contra a medida provisória porque ela beneficiava 35 mil professores que estão em sala de aula na ativa. A Oposição apresentou emendas inconstitucionais, propôs a obstrução, a votação contra, a abstenção. Nós assumimos o compromisso com a sociedade catarinense de votar favorável àquela medida provisória e de negociar com o governador Luiz Henrique da Silveira para que ele criasse outro instrumento para beneficiar também os milhares de professores que estão fora da sala de aula. E isso aconteceu.

Na semana passada, o governador Luiz Henrique da Silveira, um homem honrado, de palavra, duas vezes governador do estado eleito democraticamente, convocou a base do governo e definiu que irá enviar a medida provisória para esta Casa. Assim, deputado Elizeu Mattos, a partir do dia 1º de agosto os professores inativos também passarão a receber um abono.

Portanto, estamos com a alma lavada, deputado Professor Grandó, porque aquilo que combinamos com a sociedade catarinense junto com o governador e junto com o deputado federal Paulo Roberto Bauer, nós cumprimos.

Assim, não poderia deixar de fazer essa colocação neste momento, aqui nesta tribuna, para dizer que sempre tivemos muito respeito pelos professores e pelas pessoas da terceira idade do estado de Santa Catarina. E por isso esta Casa vai ter o prazer - talvez não eu, porque vou-me licenciar a partir de amanhã - de votar o projeto de lei estendendo esse benefício a milhares de professores inativos que estão fora da sala de aula, mas que cumpriram o seu papel educando e trabalhando na educação de Santa Catarina durante muitos anos.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Ouço com muito honra o deputado Professor Grandó.

O Sr. Deputado Professor Grandó - São 23 mil professores que estão aposentados que terão a paridade. Como v.exa. colocou, estamos de alma lavada porque sempre travamos o bom combate com compromisso e seriedade.

Então, mais uma vez a palavra do governador Luiz Henrique foi cumprida. Aliás, não conheço nenhuma vez que a palavra empenhada pelo governador Luiz Henrique não tenha sido cumprida. E nós, parlamentares, que não usamos do oportunismo, nem costumamos fazer de conta que estamos votando algo institucional, atendemos aqueles professores aposentados, que estão felizes, tranquilos.

Ainda é pouco! Temos que lutar ainda mais, fortalecendo a entidade e buscando melhores salários. Mas nos cinco anos de governo de Luiz Henrique o Magistério teve um aumento de 106%, enquanto o custo de vida aumentou 35%.

Então, realmente muito nos orgulha pertencer a este governo e cumprir realmente com a palavra e com a nossa obrigação. Alguns não confiaram, mas nada melhor do que o tempo para comprovar.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Professor Grandó.

Desejo também, sr. presidente, antecipar aqui talvez o meu pronunciamento de despedida desta Casa, uma vez que ficarei afastado por quatro meses. E deverei participar da última sessão amanhã.

Portanto, devo satisfação aos meus eleitores catarinenses e, fundamentalmente, aos 41 mil eleitores da cidade de Joinville, pois tive a honra, deputada Ada De Luca, de ser o deputado estadual mais votado da história da maior cidade de Santa Catarina, que é Joinville, a cidade do nosso governador.

Dessa maneira, amanhã, às 15h, a bancada do DEM vai conceder uma entrevista à imprensa apresentando os dois suplentes que irão assumir a minha vaga e a vaga do deputado Cesar Souza Júnior, que serão os deputados Ismael dos Santos, de Blumenau, e Carlos Hoegen, de Rio do Sul.

Eu me licencio, volto para Joinville, a minha terra, e deixo meu nome à disposição de meu partido com a possibilidade de concorrer à prefeitura daquela cidade, porque entendo que precisamos manter o conceito de gestão iniciado pelo governador Luiz Henrique da Silveira - e que está sendo continuado pelo prefeito Marco Tebaldi - que fez com que Joinville se constituisse numa das cidades de maior pujança do sul do Brasil, que detém a 13ª posição de IDH.

Portanto, volto para Joinville durante quatro meses para fazer contato com as lideranças e com a comunidade, aprender um pouco mais, exercitar a cidadania e cumprir com meu papel de munícipe e de agente público da cidade de Joinville.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, vou dividir o meu tempo com o deputado Elizeu Mattos.

Venho à tribuna desta Casa, hoje, para falar sobre o município de Piratuba, deputado Romildo Titon, v.exa. que também é um representante daquele município.

O município de Piratuba, no dia 30 de maio, na próxima sexta-feira, dentro da programação dos seus 59 anos de emancipação político-administrativa, deputada Ada De Luca, receberá, mais uma vez, a visita do governador Luiz Henrique da Silveira.

Deputado Clésio Salvaro, trata-se de um momento de alegria para todos nós. O governador vai inaugurar o centro de eventos daquela cidade do interior do nosso estado, que tem, deputado Manoel Mota, sem dúvida nenhuma, uma das melhores estruturas hoteleiras de Santa Catarina. São hotéis que podem ser colocados entre os melhores hotéis do nosso estado.

Quero dizer aqui, deputado Manoel Mota, que nas administrações dos prefeitos do PMDB naquele município, nos últimos 25 anos - e agora o município é chefiado pelo engenheiro agrônomo e prefeito Adélio Spanholi -, foi dada muita importância ao turismo, pois lá se encontram aquelas águas sulfurosas. E para que a estrutura de hotéis pudesse realmente alavancar ainda mais o progresso, faltava um centro de eventos. E o governo do estado, na forma de administrar do governador Luiz Henrique, dá essa oportunidade ao município de Piratuba, num investimento total de R\$ 3,7 milhões. A prefeitura, através do prefeito Adélio Spanholi, aplicou R\$ 2,2 milhões e o governo do estado, R\$ 1,5 milhão.

Essa obra, deputado Romildo Titon - e acredito que v.exa. vai estar lá -, será inaugurada na próxima sexta-feira. Eu lamento de não poder estar presente, mas tenho certeza de que v.exa. representará a nossa Casa naquele evento.

Deputado Manoel Mota, quero registrar que o governador também levará, no mesmo dia, mais um convênio de R\$ 1,5 milhão para uma obra que vai custar R\$ 2 milhões: o asfalto do acesso sul de Piratuba, numa extensão de 4.700 metros, que permitirá àquele município ficar mais próximo do Rio Grande do Sul, ligado por asfalto.

Também amanhã será aberta a licitação para uma reforma na Escola Estadual Básica Carlos Chagas, com um investimento de R\$ 500 mil.

Estou trazendo isso à tribuna desta Casa porque fico feliz quando vejo que os investimentos vão ao encontro do desenvolvimento.

Deputado Jaime Pasqualini, eu sei que nós não conseguimos viabilizar tudo aquilo que gostaríamos de fazer e acho que a crítica da Oposição é saudável. Sempre que a Oposição cobra, ajuda, inclusive, que as coisas possam ser agilizadas ainda mais. Mas eu quero dizer que fico feliz, deputado Manoel Mota, porque o interior do nosso estado começa a ter o desenvolvimento que tínhamos antes apenas nos grandes centros, nas cidades próximas ao litoral. Nós não vivemos apenas da agricultura e podemos agregar valor aos nossos municípios, que têm a agricultura como mola mestra e que têm o turismo e outras atividades que os ajudam a se desenvolver mais.

Por isso quero cumprimentar o governador Luiz Henrique da Silveira e o prefeito Adélio Spanholi pela iniciativa, pelos projetos conjuntos, pelos programas e convênios que realizaram juntos, dando uma melhor qualidade ao município de Piratuba, que está comemorando os seus 59 anos de emancipação político-administrativa.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar v.exa. e dizer da importância do governo da descentralização que continua entregando obras à população de todo o estado de Santa Catarina.

Na semana passada, o governador Luiz Henrique da Silveira esteve no sul do estado, na localidade de Rio Cedro Médio - o eminente presidente, deputado Clésio Salvaro, estava lá também -, num evento com a presença do pároco. O governo anterior assumiu um compromisso e pediu para o padre bater o sino para consolidar o compromisso. Pois a corda do sino arrebentou e o compromisso não foi honrado. Agora veio Luiz Henrique para honrá-lo e entregar a obra à população. E o padre que estava lá fez todo esse relato.

Depois o governador foi receber o título de cidadão honorário de Urussanga, Orleans e Braço do Norte. Ontem entregou uma escola novinha, um prédio de primeira linha, em Tubarão. E o eminente deputado Joares Ponticelli falava das escolas de Tubarão, mas essa é a quinta escola entregue!

Então, este é um governo que vem realizando e não precisamos fazer nenhum esforço para defender o governo da descentralização de Luiz Henrique da Silveira! Nunca houve tantos títulos de cidadão honorário entregues a um governador! Isso demonstra a gratidão por tudo que ele vem realizando pelo estado de Santa Catarina.

Por isso, quero cumprimentá-lo pelo registro que v.exa. está fazendo. E as obras não são só lá em Piratuba; elas são feitas de ponta a ponta no estado!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Na verdade, são investimentos em todas as áreas e em todas as regiões e quem sabe agora o deputado Joares Ponticelli, um deputado muito atuante e combativo nesta Casa, nesse período de licença possa visitar com mais frequência toda a região.

Mas é verdade, deputado Manoel Mota, o governador Luiz Henrique da Silveira tem feito realizações em todos os municípios do estado de Santa Catarina, independentemente partido político ao qual pertença o prefeito.

O Sr. Deputado Romildo Titon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Romildo Titon - Quero cumprimentar v.exa. pelo pronunciamento com relação à nossa querida Piratuba e destacar três pontos. Primeiro, que não há como falarmos de balneário, de termas em Santa Catarina, se não falarmos de Piratuba, um dos balneários mais tradicionais, mais organizados, que mais têm crescido e recebido turistas.

Segundo, com relação ao centro de eventos ao qual v.exa. se referiu e que vai ser inaugurado na próxima sexta-feira, nós conhecemos municípios com mais de 150 anos que ainda não têm um centro de eventos. E graças a este governo, a nossa Piratuba, agora com 59 anos, inaugura um dos mais belos centros de eventos do estado de Santa Catarina.

Terceiro, além de falar da ajuda do governo do estado, que tem sido essencial priorizando o turismo em Santa Catarina, quero louvar aqui a grande administração do nosso prefeito Adélio Spanholi, que tem sido um exemplo para o nosso estado.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Romildo Titon. V.Exa. conhece bem, assim como nós, o município de Piratuba. Temos que elogiar o valor da administração do prefeito Adélio Spanholi e do seu vice, Augusto Alexandre Buselato. É uma alegria poder falar aqui desse município.

Eu tinha o compromisso de dividir o tempo com o deputado Elizeu Mattos, mas não o vejo. Então, quero aproveitar esses minutos que me restam para falar também da Festa do Leite, que vai acontecer em Presidente Getúlio no próximo fim de semana, no dia 29 de maio.

Deputado Rogério Mendonça, que é daquela região, Presidente Getúlio é um município que se destaca pela produção de leite e pela industrialização de produtos derivados do leite. E quando nós falamos na produção de leite, precisamos falar, deputado Professor Grando, no oeste de Santa Catarina, que tem desenvolvido essa atividade como nunca, transformando-se já, por pouco diferença, no quinto produtor, um pouquinho atrás de São Paulo, de leite do nosso país, um estado que tem um pouco mais de 1% do território brasileiro.

Presidente Getúlio é um município que tem ajudado a difundir com o seu material genético, deputado Jaime Pasqualini, v.exa. que é do Rio do Sul - e tenho certeza de que estará na Festa do Leite em Presidente Getúlio -, a produção de leite, deputado Pedro Baldissera, em todo o nosso estado. É um berço de produção de material genético.

Quero cumprimentar o seu prefeito, que é do partido do deputado Professor Grando, a administração municipal, mas, especialmente, todos os expositores, assim como todos que vão participar da bela festa, que vai engrandecer o estado de Santa Catarina pela sua qualidade, pela produção que nós temos em todas as atividades da agropecuária.

Presidente Getúlio tem uma indústria, o frigorífico Pamplona, que abate mais de quatro mil animais por dia. Então, se há um estado que temos que elogiar é o de Santa Catarina e precisamos fazer a nossa parte.

Srs. deputados, eu tenho dito sempre, deputado Altair Silva, v.exa. que estará aqui nesses 60 dias e que tem sido um defensor da agricultura; deputado Jandir Bellini, a quem conheço desde que tivemos o privilégio de ser produtor de suíno associado à Associação Catarinense de Criadores de Suínos, que o nosso estado tem características diferentes dos outros. E ontem falava com pessoas envolvidas com a secretaria da Agricultura, com técnicos da Cidasc, sobre uma visita que tivemos aqui e que deveremos ter nos próximos dias, de uma representação dos Estados Unidos, que vem comprar carne bovina no estado de Santa Catarina. Embora não sejamos um estado auto-suficiente em carne suína, oferecemos qualidade e *status* sanitário e dessa forma vamos conseguir colocar nossos produtos em países como os Estados Unidos, como a Itália, ou seja, nos países mais desenvolvidos.

Srs. deputados, às vezes a dona-de-casa ou o consumidor pensam que a cesta básica aumenta porque o produtor está ganhando dinheiro, está tendo lucro. Mas, na maioria das vezes, esse lucro fica no caminho, o consumidor paga a conta e o produtor, muitas vezes, paga para produzir. Então, nós temos que encontrar uma política agrícola que defenda o nosso produtor, uma política federal e estadual para assegurar, realmente, a produção de alimentos. Ninguém vive sem alimento, ninguém consegue ter saúde, nem consegue aprender se não tiver alimento.

Quero registrar, mais uma vez, a importância de municípios pequenos como Piratuba e Presidente Getúlio na produção de animais, na produção de leite, na produção de suínos, na produção de cereais, pois Santa Catarina melhora cada vez mais sua tecnologia, tendo grande produtividade e fazendo com que sejamos o sexto produtor de alimentos do país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0180/2008 e 0181/2008, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0182/2008 e 0183/2008, de autoria do deputado Sílvio Dreveck; 0184/2008 e 0185/2008, de autoria do deputado Altair Silva; e 0186/2008, de autoria do deputado Dirceu Dresch, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da FCDL de Santa Catarina, cumprimentando-o pela posse no cargo.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina, cumprimentando-o pela posse no cargo.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Iporã do Oeste, cumprimentando-o pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos Grupos de Estudo e Apoio à Adoção, cumprimentando-os pela passagem do Dia Nacional da Adoção.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Arquidiocese de Florianópolis, cumprimentando seus integrantes pelo centenário da sua criação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria do jornal *A Notícia*, cumprimentando-a pelos 85 anos de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos organizadores da 8ª Festa do Colono e da 2ª Feira de Agronegócios, do município de Jacinto Machado, cumprimentando-os pela realização dos eventos.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Tubarão, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Grupo RBS, cumprimentando-o pelos 85 anos de fundação do jornal *A Notícia*.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Anatel e às diretorias regionais das empresas operadoras de telefonia celular, pedindo a implantação de cobertura dos serviços de telefonia móvel nos municípios de Rio do Campo e região e de Vitor Meireles e região.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro de Minas e Energia e ao presidente da Petrobras, pedindo a instalação de usina regaseificadora de gás natural liquefeito no município de São Francisco do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Pedro Baldissera, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, trago à tribuna neste momento aquilo que tem sido matéria da imprensa, neste final de semana, ou seja, o sistema de gestão de recursos humanos, iniciativa do governo do estado de Santa Catarina.

Srs. deputados, de passagem, quero dizer que é uma iniciativa importante do governo, no sentido de implantar um novo sistema de gestão de recursos humanos para o controle da folha de pagamento dos servidores públicos do estado de Santa Catarina.

Diz a reportagem do jornal que em 16 meses a migração de dados estará completa e a partir desse levantamento teremos um mapeamento completo no sistema integrado da gestão de recursos humanos no estado de Santa Catarina.

Acho que o encaminhamento foi feito de forma louvável, no sentido de que se possibilitará que sejam realizadas as auditorias antes de fazer qualquer pagamento, no sentido até de corrigir possíveis distorções que possam existir na emissão da folha de pagamento.

Nessa mesma direção, o *Diário Catarinense* pontuou, neste último domingo, um pouco como são distribuídos os salários dentro do Executivo no estado de Santa Catarina. A matéria mostrou que os salários do Magistério, dos servidores da Educação, são os piores. Não fiquei muito surpreso com a notícia, pois o melhor vencimento é exatamente o dos ex-governadores. O topo dos vencimentos é o subsídio vitalício pago aos ex-governadores. Impressionante! Quem já não trabalha mais e que foi bem remunerado durante o período do exercício de sua função é mais bem remunerado depois que deixa o cargo. Isso é tremendamente preocupante, tremendamente preocupante!

Existem no país alguns estados em processo já mais adiantado, outros não, como é o caso do Mato Grosso do Sul, com o subsídio vitalício do ex-governador Zeca do PT. Até encaminhamos uma moção repudiando o encaminhamento e o pagamento àquele ex-governador, pois é injusto e contrapõe-se à lógica da grande maioria assalariada do nosso país.

A Constituição de Santa Catarina, no seu art. 195, garante o pagamento do subsídio vitalício aos ex-governadores, com o seguinte texto:

(Passa a ler.)

"Art. 195 - O titular do cargo de Governador do Estado que o tenha exercido em caráter permanente fará jus, a partir da cessação do exercício, a um subsídio mensal vitalício igual aos vencimentos de Desembargador do Tribunal de Justiça." [sic]

Nós sempre batemos nesse artigo porque entendemos que afronta o que reza a Carta Magna, a Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XIII.

(Passa a ler.)

"Art. 37 [...]

[...]

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;" [sic]

Portanto, fere frontalmente o princípio constitucional. Mas não é só a questão de ferir, é algo totalmente imoral, injusto, porque se olharmos para os nossos trabalhadores e trabalhadoras, o nosso povo da roça, que trabalha 50, 55 anos, faça sol ou faça chuva, quando está na idade para se aposentar precisa, muitas vezes, entrar na Justiça para garantir um salário mínimo. Enquanto isso, os nossos ex-governadores, ao final do mandato remunerado, passam a receber mais do que o dobro, hoje, R\$ 24 mil, todo mês. Isso é uma afronta a qualquer trabalhador, a qualquer pessoa de bem da sociedade! É totalmente injusto!

Entramos com uma ação judicial e temos a convicção de que a Justiça, que tem tratado muito bem o caso do Mato Grosso do Sul, trabalhará também com relação ao estado de Santa Catarina. Esperamos que isso, realmente, venha a se concretizar, porque não dá para admitir que isso seja mantido na Constituição de Santa Catarina.

Nesse sentido, este nosso apelo neste momento de Explicação Pessoal, porque é uma iniciativa que veio da base do povo de Santa Catarina, ao perceber que existe esse tipo de pagamento aos servidores públicos do nosso estado.

Então, sr. presidente, é um desabafo diante da situação injusta que tantos trabalhadores e tantas trabalhadoras vivem na sociedade da qual fazemos parte.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jaime Pasqualini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAIME PASQUALINI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, rapidamente eu gostaria de comentar o assunto que o deputado Manoel Mota trouxe a esta tribuna relativo ao desempenho do governo do estado, mais precisamente sobre o item descentralização. E se a descentralização tivesse dado tão certo como v.exa. apregoa, não viriam tantos prefeitos do interior para a capital em busca de recursos.

V.Exa. deveria conversar e unificar o seu discurso com o prefeito de Tubarão. Enquanto v.exa. divulga que lá estão inaugurando escolas, o prefeito daquela cidade diz-se discriminado pelo governo do estado.

Então, essa descentralização que v.exa. tanto fala é discutível. Já houve a descentralização, é verdade, quando compravam os uniformes das crianças das escolas em outros estados da federação. Graças à Oposição, hoje compram em nosso estado, deputado Altair Silva. Agora estão contratando empresas do Rio Grande do Sul e do Paraná para prestar serviço em Santa Catarina na área da secretaria de Desenvolvimento Social, coisa que o Ministério Público e o Tribunal de Contas estão cobrando da sra. secretária.

De forma que esse modelo de descentralização tem dado certo para os outros estados onde Santa Catarina gastou e gasta o seu dinheiro. Quando os prefeitos pararem de vir à capital, deputado Manoel Mota, com certeza eu serei o primeiro a dar a mão à palmatória e dizer a v.exa.: a descentralização deu certo, os prefeitos não vêm mais à capital com o pires na mão buscar dinheiro, eles vão às secretarias de Desenvolvimento Regional. Com certeza, quando fizerem as obras, as licitações lá nas Regionais, nós estaremos descentralizando. Enquanto elas estiverem ocorrendo aqui na capital e com vícios, com certeza essa descentralização é questionável.

Mas o assunto que me traz pela segunda vez, deputado Clésio Salvaro e deputado Altair Silva, à tribuna diz respeito à Defensoria Pública.

O Sr. Deputado Altair Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAIME PASQUALINI - Pois não!

O Sr. Deputado Altair Silva - Obrigado, deputado Jaime Pasqualini.

Quando v.exa. fala da descentralização, palavra essa que o deputado Manoel Mota repete tanto quando está na tribuna, parece que o referido deputado está fazendo uma oração, algo já decorado; parece-me que é a única coisa que sabe apresentar. Mas o que está por trás da descentralização, na verdade, é um grande comitê eleitoral pago com dinheiro público. E os deputados ficam fazendo discurso grandioso como se a descentralização fosse a causa do asfalto e não a Cide, o BID IV e também o Microbacias, criando assim uma situação fantasiosa.

Eu queria deixar bem claro esse fato nesta Casa.

O SR. DEPUTADO JAIME PASQUALINI - Obrigado, deputado Altair Silva, sem esquecer que houve um secretário Regional que disse que as Regionais servem para macadamizar ruas e colocar tubos. E nós acrescentamos, servem para empregar gente.

Mas voltando ao assunto relacionado à nossa Justiça, quero dizer que recentemente, no último dia 26, o Tribunal de Justiça iniciou o seu mutirão da conciliação em Lages.

Quero dizer que eu, como advogado, deputado Herneus de Nadal, tenho acompanhado a evolução da nossa Justiça nos últimos 27 anos. Formei-me em 1980 e comecei a advogar em 1981. É impressionante o trabalho, o papel importante que a nossa Justiça tem desenvolvido, que é distribuir justiça, que é dar aos jurisdicionados o pleito que eles reclamam.

Santa Catarina é exemplo, no meu entender, em muitos casos e na Justiça também, deputado Herneus de Nadal, v.exa. que é advogado. Essa iniciativa do Tribunal de Justiça, na pessoa do dr. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, juntamente com muitos juízes das comarcas do interior, de desafogar aquela quantidade de pleitos que normalmente tramitam por longos anos, tem recebido o trato e a serenidade que merece. De forma que Santa Catarina, pelo seu corpo de magistrados, tem recebido e atendido os pleitos e distribuído justiça como se almeja.

Deputado Herneus de Nadal, a Associação Nacional dos Defensores Públicos propôs uma ação contra a Assembléia Legislativa para derrubar a Lei Complementar n. 155, aprovada no governo de Paulo Afonso, lei esta que trouxe aos advogados catarinenses, àqueles que começam a advogar, que precisam de uma remuneração, uma oportunidade de adquirir experiência. Santa Catarina preconizou, em nível nacional, esse modelo, formando, com a OAB e os seus profissionais, a Defensoria Dativa remunerada, sem que aqui tivéssemos que formar um órgão, uma estrutura que realmente pesaria no erário público.

Eu trouxe aqui alguns recortes de jornais, deputado Herneus de Nadal, de outros estados da federação que criaram a sua Defensoria Pública sem copiar Santa Catarina e que hoje já reclamam de pessoal.

(Passa a ler.)

"Veja o caso do Rio Grande do Sul: Defensorias Públicas enfrentam problema de falta de investimentos de pessoal."

Veja v.exa. que lá na Comarca de Rio do Campo já há um promotor e um juiz. Se lá for colocado um defensor público, não poderá ser só um, deputada Ana Paula Lima, porque se ele atender um lado pobre, o outro lado pobre buscará outro dativo e não haverá. Então, teremos que ter uma estrutura muito maior, superior, no mínimo, à do Ministério Público. E quanto custa isso, para nós, para o bolso dos contribuintes?

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAIME PASQUALINI - Pois não, com muito prazer.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Nobre deputado, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. Não só pelo pronunciamento, mas pela coragem com que o faz.

Nós sabemos que ao criar a Defensoria Pública teríamos que dispor de mais recursos e de mais estrutura para fazer frente ao funcionamento dessa nova instituição. Por isso Santa Catarina tem um modelo bom, positivo, mesmo que por muitas vezes tenha sido questionada com relação à constitucionalidade. Mas é um modelo que serve, ao meu modesto juízo, ao meu modo de ver, de exemplo para o país. Até porque, quando o cidadão busca a Justiça gratuita no estado, o faz ainda com a possibilidade de ter vários advogados e não só o defensor que está atuando naquela comarca ou naquela região.

Em muitos estados que têm uma estrutura extremamente reduzida, foi criada a Defensoria Pública, mas não atende às necessidades da sociedade. E nós aqui, com certeza, atendemos.

O SR. DEPUTADO JAIME PASQUALINI - Agradeço, deputado Herneus de Nadal!

Na verdade o que se quer é obstaculizar a Defensoria Pública e dizer: "Não queremos a Defensoria Pública". Fizemos uma enquete em Rio do Sul, através de um canal lá disponível, e a população é unânime em dizer que quer a Defensoria Pública. Mas a Defensoria de Santa Catarina, que é diferente dos outros estados, que não sobrecarrega os cofres públicos, que atende satisfatoriamente a população, talvez merecesse do nosso governo do estado e de qualquer governo uma melhora na remuneração dos profissionais e a regularidade no pagamento. Se houvesse um pequeno ajuste pagando melhor e regularmente os profissionais, com certeza mostraria para todo o Brasil que Santa Catarina é modelo e exemplo não só para a Justiça, como também para a questão da Justiça gratuita.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Apenas quero registrar, sr. presidente, que no dia 25 de maio que passou foi comemorado o Dia Nacional da Adoção. V.Exa. sabe disso, pois fez parte, com esta deputada, do Fórum Permanente de Adoção. E como foi um projeto desenvolvido no estado de Santa Catarina, juntamente com o deputado João Matos e magistrados catarinenses, com a sua presença e com a presença desta deputada, com o objetivo de discutir com o grupo de apoio à adoção, é que hoje o Brasil pode comemorar o Cadastro Único de Adoção.

Desta forma, quero dar parabéns a todos os grupos de apoio à adoção e dizer que no estado de Santa Catarina também temos que observar essas quase 80 mil crianças que ainda se encontram nos abrigos à espera de um lar. Mas tenho certeza de que v.exa. e nós, juntamente com o nosso mandato, ainda poderemos sanar essa problemática que vivenciamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com certeza, deputada Ana Paula de Lima. E temos que elogiar o seu trabalho e, especificamente, do Congresso, na figura do deputado João Matos.

O Sr. Deputado Altair Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Altair Silva.

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Sr. presidente, quero, com muito prazer, fazer o registro da presença nas galerias da professora Mariângela e da professora Márcia, da Fabec, de Concórdia, que nos honram com a sua presença nesta Casa, as quais estão participando do fórum Sustentear 2008.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Herneus de Nadal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, fizemos a entrega, no dia de hoje, aos deputados integrantes da comissão de Constituição e Justiça e também das comissões de Finanças e de Trabalho do relatório e do voto que tratam de uma matéria sumamente importante para a sociedade catarinense e, particularmente, para o servidor público. O projeto, fruto do entendimento entre o Judiciário, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, os Poderes Legislativo e Executivo, reestrutura o Instituto de Previdência do servidor público do estado de Santa Catarina, passando de Ipsc para Iprev. Mas não muda só o nome, o projeto amolda o nosso instituto previdenciário às exigências do arcabouço da legislação nacional e federal.

Recebemos, sra. deputada Ada De Luca, 79 emendas de iniciativa parlamentar, inclusive de sua iniciativa, todas elas procurando aperfeiçoar e melhorar o projeto. Acolhemos em torno de 60% delas; 45 emendas foram acolhidas e deputados da Situação e da Oposição foram os autores. Deixamos de acolher 34 delas por serem matérias cuja iniciativa é reservada a outro poder, no caso concreto, ao chefe do Poder Executivo. Portanto, tais emendas colidem frontalmente com o art. 50 da nossa Constituição, que dispõe sobre a iniciativa dos projetos, sobre iniciativas de proposições reservadas a cada um dos poderes.

Por outro lado, 45 emendas que são de iniciativa parlamentar e encontram amparo constitucional são meritórias e por isso mesmo foram acolhidas para melhorar a proposta que tramita nesta Casa, conforme o acordo celebrado entre os líderes partidários e os integrantes das comissões por onde esse projeto irá tramitar.

Teremos ainda tempo, prazo, para receber manifestações com relação ao nosso relatório. Se formos convencido, à luz de novos argumentos, de que emendas que deixamos de acatar podem ser acatadas, ainda teremos tempo para isso. Depois discutiremos, juntamente com as comissões técnicas desta Casa aqui já referenciadas, a sua deliberação, de forma conjunta.

Depois disso é que no plenário, a exemplo do que acontece nos Parlamentos do mundo inteiro, onde há democracia, como neste Parlamento, naquilo que não for possível chegar a um consenso, naquilo que não for possível buscar um entendimento e um consenso, passaremos a deliberar. E quem for a favor da matéria, logicamente que irá votar favoravelmente e quem discordar, irá tomar outro caminho.

As decisões do Parlamento são as decisões da delegação que a população nos deu através do voto popular, para que votemos favorável ou contrariamente, de acordo com o nosso convencimento ideológico, mas, de acordo e, sobretudo, com as necessidades que existem em nosso estado, para que possamos, ao mesmo tempo, através de uma legislação, dar segurança ao servidor público, ao pensionista, ao aposentado, como também dar garantia e segurança ao cidadão de Santa Catarina que vai continuar a receber ações, nos vários setores importantes da nossa sociedade e para que possamos continuar investindo em saúde, em educação, em segurança, em qualidade de vida, em bem-estar, deputado Dagomar Carneiro, a toda a nossa gente. Esse é o grande desafio!

O governador Luiz Henrique da Silveira poderia simplesmente se omitir, deixar de remeter esse projeto para a Assembléia, até porque o atual governo será onerado com a aprovação do projeto da reestruturação do Instituto de Previdência do servidor público do estado de Santa Catarina, porque vai continuar a desembolsar, além dos 22%, que é a parte do ente, a parte patronal mensal da contribuição do estado sobre a folha de pagamento, os 11% do servidor público e mais os R\$ 80 milhões que todo o mês falta para que possamos cobrir a conta.

Além disso, aqueles que forem contratados após a publicação dessa lei, sendo ela aprovada, também receberão uma contribuição de 11% e o estado irá depositar, aí sim, em uma conta poupança, para que daqui a 30, 40 anos possamos fazer frente às aposentadorias e pensões dos servidores que forem admitidos sob a égide da nova lei que o Parlamento terá a oportunidade de deliberar.

Então, é um projeto que requer a postura, o posicionamento firme e determinado de um estadista, e o governador Luiz Henrique possui essa postura. Mesmo que precise desembolsar mais do cofre do Tesouro, mas precisa garantir às futuras gerações a segurança do pagamento dos salários, das pensões e também das aposentadorias.

Por isso mesmo, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, é que esse projeto está tramitando, pois em todo país são mais de 19 estados da federação que já aprovaram projetos de reestruturação; são mais de 70 municípios catarinense que criaram o instituto previdenciário para os servidores municipais. Além disso, há estado, a exemplo do Rio Grande do Sul - e não há nenhum preconceito contra a atual governadora - que consomem 70% de tudo o que arrecadam para fazer frente ao pagamento, ao dispêndio com o servidor público, restando única e exclusivamente 30% para fazer frente a todas as necessidades essenciais da população daquele estado.

É por isso, deputado Manoel Mota, que estamos analisando esse projeto: para fazer com que a população de Santa Catarina possa continuar, junto com seus servidores, a ostentar situações extremamente invejáveis para os demais estados quando se fala em desenvolvimento, em crescimento econômico, em desenvolvimento social. Enquanto o crescimento do país foi de 5,5% em 2007, aqui em Santa Catarina crescemos, no ano passado, mais de 8%.

O estado de Santa Catarina é um estado que se desenvolve, que progride, que avança graças, também, ao incentivo e ao trabalho do poder público. Lógico, a população é determinante, os empresários e os trabalhadores de Santa Catarina são fundamentais, mas o governo age como ente animador, fomentador para que o estado ocupe o espaço que lhe é devido no cenário nacional, assemelhando-se àqueles mais desenvolvidos do mundo e com condições europeias de desenvolvimento.

Agradeço a oportunidade, sr. presidente. Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Altair Silva - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Altair Silva.

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Quero registrar a presença do prefeito de Saltinho, Deonir Luiz Ferronato, de Cássio Credebon, que é assessor jurídico, e também do prefeito de Caxambu do Sul, Gilberto Ari Tomasi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda em Explicação Pessoal com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Professor Grando, ex-prefeito de Florianópolis, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, companheiros deputados, companheiras deputadas.

Deputado Jailson Lima, o nosso partido, o PPS, em nível nacional, emitiu uma nota em relação ao seu posicionamento na questão do presidente Lula, que se rendeu ao capitalismo predatório no que se refere à saída de Marina Silva. Portanto, é uma crítica pontual, mas com o objetivo de chamar a atenção, porque v.ex.a. se pronunciou e colocou claramente a sua posição em defesa do meio ambiente e o quanto admira a ministra Marina Silva.

O PPS, através do seu líder, deputado Fernando Coruja, catarinense, crítica o presidente Lula por se render ao capitalismo predatório.

(Passa a ler.)

"A saída da ministra Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente mostra claramente uma realidade lamentável: o governo se entregou aos predadores que atuam no mundo rural, nos setores industrial e financeiro. O capital, que não admite limites, ganhou, mais uma vez, o embate que trava com a ministra desde que ela assumiu a pasta, no início da administração do presidente Lula.

Apesar de nossas divergências de ponto de vista com a ex-ministra, não há como negar que ela é uma dedicada defensora do meio ambiente e que cumpriu seu papel à frente do ministério, buscando aplicar a legislação ambiental e defender a sustentabilidade nas questões que envolvem os recursos naturais. Infelizmente, seu companheiro de partido, o presidente da República, preferiu se somar aos interesses predatórios do capitalismo selvagem, desprezando os interesses difusos da sociedade.

A administração dos recursos ambientais, patrimônio de todos os brasileiros do presente e do futuro, não pode ficar ao sabor dos interesses do capital. Muito menos o estado pode ser instrumento deles. O PPS alerta para o desvario predador que ameaça o país e defende uma política ambiental pautada pela sustentabilidade, que contemple uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza."[sic]

Dois assuntos chamam a atenção na questão ambiental. O primeiro deles é a lei da exploração da floresta nacional, pois a Constituição prevê que qualquer alienação de área destinada à empresa multinacional ou estrangeira, acima de 2.500 hectares, tem que ser aprovada pelo Congresso.

Simplemente o presidente vetou esse item e o que está acontecendo? No Acre, por exemplo, já há pedidos 90 mil hectares para ser explorados por uma empresa multinacional. É o tamanho do Parque da Serra do Tabuleiro, que é o maior parque da região sul do país. Tirar essas árvores da floresta nacional é uma perda de soberania. Por isso deveria ser aprovado, discutido e fiscalizado pelo Congresso.

Outro assunto que também nos chama a atenção é o adiamento - era para ser ontem, hoje e ficou para amanhã - do levantamento do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial - Inpe. Nos cinco anos do governo Lula, vejam bem, fiquem atentos, com todo o esforço do ministério e de companheiros competentes, do nada, 100 mil km² da Amazônia foram devastados por empreendimentos agropecuários, tirando a floresta sem critério e sem determinação.

O que são 100 mil km² nos últimos cinco anos? É uma área maior do que o estado de Santa Catarina! Imaginem viajarmos pelo estado de Santa Catarina e não haver mais nenhuma árvore, tudo ter sido devastado para pastoreio, para expansão da soja, da cana-de-açúcar, do arroz e assim por diante, sem critério. Em cinco anos do governo Lula foi desmatada na Amazônia uma área maior do que o estado de Santa Catarina. Foi totalmente devastada.

Por isso, nós temos que nos indignar e chamar a atenção. Quicá o novo ministro, Carlos Minc, que está assumindo hoje, comece a ter atitudes mais relacionadas ao setor que financia, o desmatamento, inclusive o sistema bancário.

Venho à tribuna também hoje para deixar bem clara uma questão que muitos parlamentares parecem não querer discutir. Nós estamos assumindo essa discussão porque somos físico, trabalhamos em pesquisa, e quem desenvolveu toda a questão da hélice do DNA foi um físico. Portanto, por que proibir a pesquisa de células-tronco embrionárias?

Há três anos o Brasil está parado. Setenta por cento dos países no mundo estão trabalhando com células-tronco embrionárias. Ora, não podemos misturar ciência com religião. Parece-me que amanhã, para o bem da humanidade, o Supremo Tribunal de Federal aprovará a pesquisa com células-tronco embrionárias que já foram descartadas.

Nós não podemos fazer com que o Brasil sofra esse atraso. E nós queremos que, partidariamente, o PPS assumida essa luta, porque temos que combater o obscurantismo, combater o atraso que está premente em nossa sociedade. Acabou-se a época de Galileu Galilei, de Copérnico, das perseguições contra Giordano Bruno, todas essas perseguições.

Nós queremos aqui deixar claro o nosso posicionamento partidário em favor da ciência. Queremos deixar claro que não se misturam questões de interesse do estado, da ciência, porque o estado é laico, com religião, qualquer que ela seja, porque somos livres, todos podemos optar. Então, é nesse sentido o nosso posicionamento.

Para encerrar, sr. presidente, colocado o nosso posicionamento referente à questão ambiental e à célula-tronco embrionária, o nosso partido em Santa Catarina está feliz porque assumiu um posicionamento adulto, maduro. Não jogou para a torcida, mas no que é possível. A Emenda n. 41/2003, aprovada durante o governo Lula, tirou a paridade entre o aposentado e o ativo. Pois bem, o governo Luiz Henrique da Silveira fez questão de manter a paridade e deu o mesmo aumento aos professores aposentados, na maioria nossos colegas de luta da Alisc, da época em que conquistamos o quadro de carreira, o Estatuto do Magistério, o concurso público, o Plano Estadual de Educação e as eleições diretas para diretores de escola.

Pois bem, Luiz Henrique da Silveira, como havia prometido, depois de um determinado tempo em que foi constituído um grupo de trabalho, estendeu o benefício dado aos professores da ativa aos aposentados. Isso significa um aumento percentual muito grande para aqueles que ganham pouco, principalmente para as nossas professoras primárias. É um aumento superior a 20%. Nesses cinco anos de Luiz Henrique da Silveira o aumento foi de 106% contra uma inflação de 35%.

Volto a dizer, todos nós conhecemos a Emenda n. 41/2003, os posicionamentos partidários, mas o governo Luiz Henrique, na sua soberania, não era obrigado a manter a paridade, mas manteve-a porque se trata de uma questão política e da luta de muitos servidores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado Peninha, deputados presentes, nesta próxima sexta-feira estaremos na cidade de Fraiburgo representando esta Casa, a Assembléia Legislativa, no encontro do Conselho de Entidades Médicas de Santa Catarina, que é composto pelo Sindicato dos Médicos, pela Associação Catarinense de Medicina e pelo Conselho Regional de Medicina.

O Conselho Superior de Entidades Médicas do estado de Santa Catarina - Cosemesc - estará reunido debatendo questões pertinentes à saúde dos catarinenses, à saúde dos brasileiros, à política pública que é desempenhada em nosso país, muitas vezes com muitas dificuldades. Lá se discutirá o pacto da saúde, as implicações nas gestões públicas, protocolos clínicos de assistência hospitalar para otimizar os recursos dos hospitais e, principalmente, também otimizar as ações com o intuito de melhor atender o paciente.

Será feito um debate sobre o SUS e a conduta ética dos profissionais, a fim de que o paciente seja melhor visto, mais rapidamente atendido e, principalmente, sem implicar em processos que possam deturpar ou desvirtuar a ação profissional.

Estará tomando posse, no sábado, na sessão plenária, o dr. Anastácio Kotzias Neto, que é presidente do Cremesc, que estará assumindo a coordenação do Conselho Superior das Entidades Médicas de Santa Catarina. Então, desta tribuna, queremos desde já parabenizar o dr. Anastácio Kotzias Neto, o Sindicato dos Médicos de Santa Catarina, o Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina e a Associação Catarinense de Medicina, pois o debate que essas entidades fazem de forma constante e permanente é sempre com o objetivo de defender as questões da área médica, defender melhores condições de trabalho para os profissionais e melhor atendimento para os pacientes no estado de Santa Catarina, seja na área pública, seja nas áreas em que o serviço é realizado de forma privada.

Assim como aqui estamos falando em saúde, será votado no Senado, na próxima semana, a regulamentação da Emenda n. 29/2000. Eu tenho usado algumas vezes esta tribuna para enaltecer que a aprovação da Emenda n. 29/2000 pelo Congresso Nacional representa mais dinheiro para a saúde no Brasil. A medida que essa emenda for aprovada de forma definitiva, agora na segunda instância, isso significará mais recursos para a saúde. Porém todos nós sabemos que os deputados, em Santa Catarina ou em qualquer estado, não podem gerar despesas se não disserem a fonte dos recursos.

Ao ser cancelada a CPMF, R\$ 40 bilhões foram retirados do orçamento da Saúde, recursos com os quais o governo Lula contava para investir na saúde do país: nos hospitais, em exames médicos, em contratações de profissionais médicos, de serviços, de técnicos. Na verdade, um grande movimento foi feito pelo PFL e pelo setor empresarial para extinguir a CPMF, deputado Manoel Mota. E todos diziam que a retirada da CPMF significaria a redução de preços. O presidente Lula ontem fez um desafio: que apontassem um único empresário que tenha reduzido em 0,38% o preço que praticava antes da extinção da CPMF. Ou seja, para o consumidor, para a população que usa o SUS, nada baixou 0,38%.

Então, quando se coloca a aprovação da Emenda n. 29, que vai representar mais investimentos da União, tem que ser aprovada a origem desse dinheiro. E aí a bancada governista está apresentando uma nova contribuição, com uma alíquota de 0,1%. Essa alíquota de 0,1% vai permitir um incremento de mais de R\$ 12 bilhões no Orçamento da União para investimentos da Saúde. Isso representa, na prática, melhoria das condições da saúde. Significa também que se poderá fazer uma fiscalização mais efetiva dos grandes investidores que fazem as suas aplicações através dos bancos. Essa fiscalização por si só já representa mais recursos para o caixa do Tesouro para serem investidos na Saúde porque é uma forma de pegar sonegadores.

Portanto, defendemos, sim, a Emenda n. 29, pois serão mais recursos para a Saúde. E quanto à emenda que está sendo feita de 0,1% para se procurar garantir mais R\$ 12 bilhões ainda este ano na Saúde, devemos aprová-la e defendê-la, porque o desconto que haveria para os consumidores brasileiros não foi aplicado após ter sido extinta a CPMF.

Então, o presidente Lula está cheio de razão. Primeiro porque, hoje, 4% dos municípios brasileiros não aplicam 15% do seu Orçamento em saúde. Segundo, nove estados do Brasil não aplicam 12%, e a União também não aplica 10%. A aprovação da Emenda n. 29 representa mais recursos para a Saúde, deputado Rogério Mendonça. Essa é uma luta que temos que fazer e, como médico, nós não poderíamos deixar de registrar isso.

Ao mesmo tempo, deputado Rogério Mendonça, nós, que fomos prefeito, ficamos feliz porque está para ir à votação no Congresso Nacional um projeto de lei que prevê a assistência técnica de arquitetos e engenheiros para a autoconstrução para as famílias que têm até três salários mínimos de renda. E o governo, através de convênios com as prefeituras, garante a contratação de arquitetos e engenheiros para que possam fazer esse trabalho de forma gratuita.

Eu, como prefeito de Rio do Sul, tive a honra de botar isso em prática. Fui o primeiro prefeito de Santa Catarina que fez uma parceria com o Crea, a exemplo do que está sendo proposto, hoje, pelo governo num projeto de lei do deputado federal Zezé, do PT da Bahia, que, inclusive, é arquiteto.

Em Rio do Sul, fizemos um convênio e a prefeitura pagava os profissionais, sendo que mais de 200 habitações foram construídas dessa forma para a população de baixa renda. Foram recursos para reformas, garantindo economia na construção de casas e, principalmente, auto-estima e condição para os trabalhadores e as famílias menos incluídas poderem ter o seu teto de forma tranquila e segura.

Então, esse projeto de lei que está tramitando no Senado agora vai representar um grande avanço no sentido de se dar uma alternativa a essas famílias que geralmente não têm como contratar um engenheiro e um arquiteto, fazendo, muitas vezes, as suas construções de forma irregular. E os municípios têm que estar atrás para fiscalizar, e depois o Crea também atuando e criando penalidades e multas que essas famílias não podem pagar.

Para concluir, gostaria também de registrar aqui a presença, deputado Rogério Mendonça, do nosso amigo PP. Ele não é do Partido Progressista, mas é conhecido em Rio do Sul como PP.

Seja bem vindo, PP! Você, como figura notória da cidade, tem o seu papel e temos o privilégio de hoje estar acolhendo-o aqui.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Elizeu Mattos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Elizeu Mattos, o próximo deputado inscrito é o líder do PMDB nesta Casa, deputado Manoel Mota, que representa o sul do estado, Araranguá, sendo o deputado da BR-101, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, gostaria de responder aqui a algumas críticas que o eminente deputado Jaime Pasqualini fez na tarde de hoje. Lamento, profundamente, que a cadeira ocupada pelo deputado esteja vazia. Mas com certeza s.exa. estará ouvindo o que vou colocar aqui com muita responsabilidade e propriedade.

O eminente deputado talvez não tenha acompanhado todo o processo. O governador Luiz Henrique da Silveira ganhou as eleições no primeiro momento com o Plano 15, um livrinho que foi distribuído por toda Santa Catarina, com um projeto da descentralização.

O governador não venceu no primeiro turno, mas, sim, no segundo turno, derrotando o mito de Santa Catarina que perdeu para um cidadão comum, na época, Luiz Henrique, que renunciou à prefeitura. E ele implantou tudo aquilo que estava no Plano 15, naquele livrinho.

Na campanha nós não ouvimos nenhuma reclamação da implantação do compromisso do governo com Santa Catarina na descentralização. Então, este é o governo é da descentralização. E o eminente deputado disse que os prefeitos viriam de pires na mão agora para buscar dinheiro e que por isso a descentralização não está funcionando.

Deputado Jaime Pasqualini, o tempo do governo de v.exa. era o da política velha, sem planejamento, da concentração de renda para poder negociar com os prefeitos apoio para o governo ou para os seus parlamentares. Isso é uma coisa de que a sociedade catarinense já se despediu há muito tempo. Esse modelo de governo não existe mais, é coisa do tempo antigo. Hoje há o governo da descentralização, no qual existe um conselho formado pelos prefeitos e presidentes de partido, inclusive do seu partido, deputado Jaime Pasqualini. Lá eles se reúnem e decidem as obras, as prioridades. Não é mais aquele governo que fazia o planejamento entre quatro paredes, sem a população saber o que ia receber. Agora é diferente pois há a participação da população através dos conselhos, dos secretários de Desenvolvimento Regional. Isso é fundamental. Portanto, o Orçamento vem com o sentimento do povo de Santa Catarina e é administrado assim.

Por isso os prefeitos não precisam vir, não! E v.exa. deve informar-se um pouco mais porque a licitação é feita lá nas Regionais e não aqui. Acho que as informações que o presidente do partido deixou a v.exa. foram equivocadas, não verdadeiras. É preciso que v.exa. conheça melhor os fatos.

Por isso, hoje, temos um novo modelo, o modelo da informática, o modelo da criatividade, o modelo da participação. Hoje não usamos mais aquela máquina de escrever. Agora tudo está informatizado, o que é muito mais rápido. Hoje o que acontece nos Estados Unidos ou no Japão afeta o Brasil, afeta a economia de Santa Catarina. Acabou aquela concentração do governo velho, em que tudo era resolvido em Florianópolis. Isso é coisa do passado! Hoje um novo modelo está implantado em Santa Catarina e ninguém reclama porque há a participação efetiva do povo. Por isso vemos obras em todos os cantos do estado.

Com certeza o professor, que está de licença e entregou a cadeira de deputado a v.exa. por 60 dias, deve ter passado muitas informações equivocadas. Deputado Jaime Pasqualini - e v.exa., com certeza, está acompanhando aí pela TVAL -, as informações que lhe passaram são desacertadas e colocam v.exa. em maus lençóis. Tanto que hoje eu posso dizer que o eminente deputado Joares Ponticelli, que não se encontra aqui porque está licenciado, está fazendo um trabalho ruim. Ele não é criativo e não consegue levar nada para a sua região. Então, ele não é professor nesse sentido. V.Exa., com certeza, tem que ter outro encaminhamento. A população espera respostas e isso não está acontecendo.

Por isso, em Tubarão, o presidente do partido, o eminente deputado Joares Ponticelli, nem sequer tem um candidato a prefeito; também não tem em Criciúma. Isso mostra que essas críticas estão repercutindo muito negativamente e por isso o seu partido está implodindo naquela região.

Então, é preciso haver um novo planejamento político-partidário e também repensar para não fazerem essas críticas que não constroem absolutamente nada ao seu partido. A população, quando elege um político, é para buscar resultados. E quando não busca resultados, é mais um político que passou, desapareceu, sumiu, não contribuiu e deixou a desejar.

Por isso, eu posso aqui, hoje, responder todas aquelas críticas feitas pelo líder maior e presidente do partido, lá de Tubarão. Quantas escolas ele trouxe aqui, mostrando que estavam caindo? Agora eu gostaria de dar algumas respostas. Vou falar lá de Tubarão. Neste ano de 2008 foram entregues: a Escola Estadual Básica João Teixeira Nunes, novinha em folha, um prédio extraordinário; a Escola Estadual Básica Santo Anjo da Guarda; a Escola Estadual Básica Noé

Abati, outro prédio novo; e a Escola Estadual Básica Lino Pessoa.

Então, isso é investimento real. Quem aprova? O Conselho de Desenvolvimento Regional. Portanto, este é um governo criativo, que entrega a caneta à população de Santa Catarina, porque a participação dos conselhos e dos secretários é fundamental nas decisões sobre o Orçamento e também das obras.

Nós estamos vivendo um novo momento e aquele momento de política antiga, de política velhaca já passou. Hoje se está construindo um novo estado com a participação efetiva, construindo e entregando obras.

O governo passado deixou 54 municípios sem acesso pavimentado. Hoje, 32 já foram entregues e até o final do ano deve chegar a 45. E logo em seguida, no ano que vem, vamos zerar. Este será o único estado da federação que não vai deixar nenhum município sem pavimentação asfáltica!

Por isso este é um governo que não discrimina e atende os municípios de todos os partidos. Este é um governo que atende toda Santa Catarina porque a população do interior precisa ser reconhecida, e é isso que faz o governo Luiz Henrique, trabalhando na

descentralização para o povo do nosso estado. E por isso está recebendo muitos títulos de cidadão honorário dos municípios. Essa semana recebeu em Urussanga, Orleans e Lauro Müller. Além disso, vai receber em Araranguá e Sombrio. É o reconhecimento de um governo que trabalha, que veio para realizar e está comprometido com a sociedade.

Dessa maneira, nós nos orgulhamos de poder defender Luiz Henrique da Silveira, um homem de bem, comprometido com o povo de Santa Catarina, dando respostas a cada momento...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, em comemoração aos 85 anos do jornal *A Notícia*.

Esta encerrada a presente sessão.

ATA DA 022ª SESSÃO SOLENE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA PASSAGEM DOS 85 ANOS DO JORNAL A NOTÍCIA SUMÁRIO

DEPUTADO DARCI DE MATOS -

Afirma que o jornal *A Notícia* merece a homenagem por ser um veículo de comunicação com grandes contribuições para Joinville e Santa Catarina, informando sempre com coragem, pragmatismo, compromisso social e isenção.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Reporta algumas vivências históricas do jornal e assegura que ele faz a diferença pela credibilidade.

LUIZ CARDOSO - Faz rápida viagem pelo tempo desde a implantação do jornal e recorda momentos importantes como inovações tecnológicas e prêmios.

MARCOS BARBOZA - Fala da consciência e responsabilidade que o Grupo RBS tem em relação à liderança de comunicação social no estado, que aumenta ao longo do tempo e a cada conquista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido os deputados Darci de Matos e Cesar Souza Júnior para conduzirem à mesa as seguintes autoridades:

Excelentíssimo senhor Derly Massaud de Anunciação, secretário de estado da Comunicação, neste ato representando sua excelência, o governador do estado de Santa Catarina, dr. Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssimo senhor conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes, promotor de Justiça, neste ato representando o Ministério Público Estadual;

Senhor vereador Fábio Dalonso, presidente da Câmara Municipal de Joinville, representando neste ato o Poder Legislativo da Manchester catarinense, bem como o prefeito municipal Marco Tebaldi;

Senhor Pedro Sirotsky, conselheiro do Grupo RBS;

Senhor Marcos Barboza, diretor institucional do Grupo RBS;

Senhor Luiz Cardoso, diretor-geral do jornal *A Notícia*.

Por fim, para completar a nossa mesa, temos o autor do projeto que ensejou a presente sessão solene, deputado Darci de Matos.

Excelentíssimas autoridades, sras. deputadas e srs. deputados, a presente sessão foi convocada por solicitação do sr. deputado Darci de Matos, com a aprovação unânime dos demais deputados que compõem esta Casa, e tem como objetivo homenagear o jornal *A Notícia* pela passagem dos seus 85 anos de fundação.

A seguir teremos a execução do Hino Nacional, interpretado pelo coral da Assembléia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

A Presidência registra, com satisfação, a presença das seguintes autoridades:

Desembargador João Henrique Blasi; Deputados Gelson Merísio, Marcos Vieira, Moacir Sopelsa, Serafim Venzon e Dirceu Dresch;

Secretário de estado Antônio Gavazzoni;

Jornalista Ademir Arnon, presidente da Associação Catarinense de Imprensa - Casa do Jornalista;

Senhor Josemar Senem, presidente em exercício do Sindicato dos Jornalistas;

Senhor Paulo Arenhart, secretário municipal de Comunicação Social de Florianópolis;

Senhor Carlos dos Santos, assessor de comunicação, representando neste ato o presidente da SCGÁS, Ivan Ranzolin.

Neste momento, teremos a apresentação de um vídeo institucional do jornal *A Notícia* e após um vídeo histórico dos 85 anos do jornal, editado pela prefeitura municipal de Joinville.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas)

Convido, neste momento, para fazer uso da palavra o deputado Darci de Matos, autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Saúdo com grande alegria e muito respeito o excelentíssimo deputado Julio Garcia, presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

Faço a minha saudação efusiva e especial ao secretário de estado de Comunicação, Derly Massaud de Anunciação, neste ato representando o governador de Santa Catarina, dr. Luiz Henrique da Silveira.

Quero saudar também as seguintes autoridades:

Excelentíssimo senhor conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do Estado;

Excelentíssimo senhor Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes, promotor de Justiça, neste ato representando o Ministério Público de Santa Catarina;

Excelentíssimo vereador de Joinville, Fábio Alexandre Dalonso, presidente da Câmara de Vereadores, representando neste ato o prefeito Marco Antônio Tebaldi.

Senhor Pedro Sirotsky, conselheiro do Grupo RBS;

Senhor Marcos Barboza, diretor institucional do Grupo RBS;

Senhor Luiz Cardoso, diretor-geral do jornal *A Notícia*.

Senhoras, senhores, demais autoridades, representantes da imprensa, desejo, neste momento, fazer rapidamente a justificativa da proposição da realização desta sessão solene.

O Parlamento catarinense presta homenagem a pessoas, a entidades, a instituições que têm uma grande ficha de serviços prestados ao nosso estado. Neste momento estamos prestando uma homenagem a um veículo de comunicação que tem uma série de trabalhos prestados a Joinville e a Santa Catarina, o jornal *A Notícia*, que ao longo dos seus 85 anos tem atuado com coragem, com pragmatismo, com compromisso social e, sobretudo, com isenção, seja cumprindo o papel como veículo de comunicação, informando a população catarinense, ou dando uma contribuição significativa para a sua formação.

A história do Jornal *A Notícia*, de 85 anos, eu poderia afirmar, com toda a convicção, confunde-se com a história de Joinville. Poderia afirmar que Joinville se transformou no grande pólo industrial do sul do Brasil, que cresce com qualidade de vida, com planejamento e detém a 13ª posição do IDH, porque tem uma comunidade empresarial ousada, pragmática, corajosa; porque tem um terceiro setor que faz as coisas acontecerem desinteressadamente; porque tem uma classe política de elevado nível; porque tem uma população com uma característica voltada para o trabalho, mas - e eu tomo a liberdade de afirmar - também e, sobretudo, porque tem a atuação forte, consolidada do jornal *A Notícia*, que tem proporcionado grandes debates na nossa comunidade e no nosso estado, que tem levantado grandes temas, como foi a questão dos acidentes de trânsito em Santa Catarina. Agora em Joinville levantou a discussão da necessidade da implantação de um grande parque para a família joinvilense; a questão do debate da ética na política e outras questões relevantes para o crescimento do nosso estado.

Portanto, também afirmo que o jornal *A Notícia*, agora dirigido por um dos maiores grupos de comunicação do país, o Grupo RBS, fundado por Maurício Sirotsky Sobrinho, evoluiu, transformou-se, mas o fundamental para nós, joinvilenses, é que mantém a cultura da identidade com a cidade de Joinville. Isso é muito importante e relevante para todos nós.

Encerro, sr. presidente, as minhas palavras lançando mão de um pensamento de padre Vieira, que diz assim: "Para falar ao vento, bastam palavras; para falar ao coração, são necessárias obras."

E o sonhador e fundador do jornal *A Notícia*, Aurino Soares, plantou algo em Joinville que tocou fundo os corações dos joinvilenses e com certeza esse é um dos segredos da longevidade desse jornal.

Parabéns e muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Registramos a presença do dr. Ricardo Roesler, ex-presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses. Registramos, ainda, a presença do líder do governo nesta Casa, deputado Herneus de Nadal.

Convido para fazer uso da palavra, neste momento, o deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Excelentíssimo senhor deputado Julio Garcia, presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Derly Massaud de Anunciação, secretário de estado da Comunicação, neste representando o governador Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssimo senhor José Carlos Pacheco, conselheiro e presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Carlos Eduardo de Abreu Sá Fortes, promotor de Justiça, neste ato representando o Ministério Público Estadual;

Excelentíssimo senhor vereador Fábio Dalonso, presidente da Câmara Municipal de Joinville, representando neste ato o excelentíssimo prefeito Marco Tebaldi;

Excelentíssimo senhor Pedro Sirotsky, conselheiro do Grupo RBS;

Senhor Marcos Barboza, diretor institucional do Grupo RBS;

Senhor Luiz Cardoso, diretor-geral do jornal *A Notícia*;

Excelentíssimo colega e deputado Darci de Matos, autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene.

Eu, ao ler algo sobre a história do jornal *A Notícia* a fim de embasar rápidas palavras que proferirei nesta noite, cumprimentando todos que nos visitam, autoridades, demais deputados, senhoras e senhores, deparei-me com a data da primeira circulação do jornal, em Joinville, em 1923. Fiquei perguntando-me quanto da história transcorreu, a partir daquela data, a nós, habitantes desses velozes séculos XX e XXI, aquele então longínquo ano de 1923, ano em que a I Guerra Mundial era um tema muito presente, a Revolução Bolchevique recém havia conquistado a Rússia, iniciando períodos muito turbulentos da história, anos em que passaram ditaduras sucessivas no Brasil, anos dramáticos também para o país; depois veio a redemocratização, a queda do Muro de Berlim e por fim a explosão da globalização econômica e da cultura da informação, da rapidez da informação que vivemos por conta do advento tecnológico.

Durante todos esses acontecimentos de tantas outras vivências históricas, estava lá o jornal *A Notícia* presente, circulando e reportando não só Joinville, como todo o norte catarinense e, na seqüência, também outras regiões do estado. Notícias importantes do crescimento do mundo, do Brasil e dessa grande cidade que orgulha a todos os catarinenses, que é a cidade de Joinville.

Há aqueles precipitados que previram, com o advento das tecnologias de informação, o fim dos jornais em papel, já que hoje a informação transita rapidamente, pois algo postado em Florianópolis neste momento ou em qualquer cidade com acesso à rede mundial de computadores ganha o mundo em fração de segundos. Só não contavam que nesse mundo de informação e rápida circulação de informação abundante, uma coisa faria, faz e fará toda a diferença: a credibilidade. Isso o jornal *A Notícia* tem de sobra pela constituição de seus anos, ainda mais agora, agregado a um grande grupo de comunicação de Santa Catarina, que é o Grupo RBS, que o prepara para enfrentar, sem medo nenhum e com muita confiança, a sociedade da informação futura.

Parabéns ao jornal *A Notícia*! Parabéns ao Grupo RBS!

Muito obrigado a todos que nos prestigiaram e parabéns, mais uma vez, pela muito oportuna iniciativa, deputado Darci de Matos. Tenho certeza de que com a credibilidade construída no empreendedorismo e no heroísmo de seus fundadores, com a capacidade empresarial e também a grande credibilidade do Grupo RBS, o jornal *A Notícia* está-se preparado para mais 85 anos de credibilidade e de informação com confiabilidade em Joinville, em Santa Catarina, no Brasil e no mundo.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Convido neste momento os srs. deputados Darci de Matos e Nilson Gonçalves para fazerem a entrega de placa, em nome do Poder Legislativo catarinense, ao jornal *A Notícia*, pelos 85 anos cumprindo com competência o papel de proporcionar informação, integração e entretenimento ao povo de Santa Catarina.

Para receber a homenagem em nome do jornal *A Notícia*, convido os srs. Pedro Sirotsky e Marcos Barboza, acompanhados do sr. Luiz Cardoso.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido o diretor-geral do jornal *A Notícia*, Luiz Cardoso, para fazer uso da palavra.

O SR. LUIZ CARDOSO - (Passa a ler.)
Prezado presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia;

Prezado deputado estadual Darci de Matos, proponente desta homenagem que hoje recebemos com muita satisfação e honra, em seu nome quero saudar todos os deputados e colaboradores desta Casa, que hoje aqui nos recebem nesta sessão comemorativa.

Saúdo as demais autoridades e lideranças já nominadas;

Saúdo também meus companheiros do Grupo RBS, na presença do nosso conselheiro Pedro Sirotsky, e faço uma saudação especial aos meus colegas do jornal *A Notícia* aqui presentes;

Senhoras e senhores;

Chegar aos 85 anos é um fato relevante em qualquer lugar do mundo. Poucas organizações conseguem atingir essa marca. No Brasil, por exemplo, apenas 40% das empresas que são abertas vão além dos quatro anos de vida. E o jornal *A Notícia* não só supera a marca dos 85 anos, como o faz com muita vitalidade e com muita disposição para o crescimento, preservando o forte vínculo com seus leitores e as comunidades onde atua, preservando também a reputação e a credibilidade, que são o maior patrimônio de um veículo de comunicação.

Esse jornal tem no seu DNA a marca do empreendedorismo, da evolução e da inovação. Uma rápida viagem pelo tempo confirma essas características.

O seu surgimento, em 24 de fevereiro de 1923 pelas mãos do fundador Aurino Soares, já foi uma iniciativa de forte impacto para aquela época. Além disso, *A Notícia* foi o primeiro jornal de Santa Catarina a ter máquina linotipo em 1934 e o primeiro a ter uma rotativa em 1939. Foi um dos precursores na tecnologia *off set* e na informatização de seus processos no ano de 1987, estava também entre os primeiros na imprensa catarinense a conquistar um Prêmio Esso, em 1988. Foi um dos pioneiros no mundo da *internet* em 1996, e o primeiro catarinense a receber o prêmio de excelência da Abigraf, em 1999. Recentemente, em 2002, sob a dinâmica liderança de Moacir Thomazi, conquistou a certificação ambiental ISO 14001, sendo até hoje o único jornal da América Latina com esse reconhecimento.

Ao completar 85 anos, já sob a gestão do Grupo RBS, *A Notícia* renova o seu compromisso com a inovação, sendo um dos primeiros, entre os 40 jornais mais relevantes do país, a apostar numa reformulação gráfica e editorial ousada e inovadora no formato e nos conteúdos. Esta evolução está presente em aspectos como a cadernização, com a oferta diária de cadernos temáticos, mais interatividade através do novo site www.an.com.br, uma ferramenta mais ágil, moderna e de fácil navegabilidade.

Primeiro caderno grampeado, organiza e facilita ainda mais a leitura diária. Mais espaços para participação, criando sessões no jornal para manifestação de mais e mais leitores, fortalecendo também mecanismos de relacionamento e sugestões como o conselho do leitor. Um jornal cada vez mais joinvilense, sem deixar de ser catarinense.

E ao mesmo tempo em que inovamos, estamos seguindo a determinação expressa do nosso presidente Nelson Sirotsky assim que assumimos a gestão do jornal: 'Vamos preservar o que a notícia tem de bom e trabalhar para torná-la ainda melhor.' Realizamos então um trabalho intenso, com fortes investimentos em pesquisas de mercado e de produto, investimentos em tecnologia e na ampliação do nosso parque gráfico.

Por tudo isso, o jornal *A Notícia* que circula desde o dia 9 de abril passou a ser o jornal mais moderno da plataforma de oito jornais do Grupo RBS e um dos mais inovadores do nosso país, seguindo a tendência indicada pela mídia impressa mundial, sobretudo no mercado europeu.

Presidente, deputado Julio Garcia, caro deputado Darci de Matos, senhoras e senhores, quando realizamos atividades tão instigantes, tão envolventes como o jornalismo e a comunicação social, apaixonamo-nos cada dia mais pelo que fazemos. Quando percebemos que o nosso trabalho é tão significativo para uma comunidade e tão relevante para um estado e, além de tudo isso, ainda somos reconhecidos e homenageados, sentimo-nos orgulhosos, honrados e muito envaidecidos. Sentimos-nos com disposição e vontade para fazer o jornal *A Notícia* melhor a cada dia. Renovamos nossos compromissos com Joinville e com Santa Catarina e sentimo-nos com uma responsabilidade ainda maior.

Em nome da atual equipe, que tenho muito orgulho em liderar, mas também em nome de todos os profissionais que fizeram a história tão bela dos 85 anos de *A Notícia*, o nosso muito obrigado por esta homenagem tão especial que vocês nos fazem nesta noite na Assembléia Legislativa de Santa Catarina."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Convido para fazer uso da palavra o dr. Marcos Barboza, diretor Institucional do grupo RBS.

O SR. MARCOS BARBOZA - Excelentíssimo sr. deputado Julio Garcia, presidente da Assembléia Legislativa deste estado;

Excelentíssimo sr. Derly Massaud de Anunciação, secretário de estado da Comunicação, neste ato representando o governador do estado, Luiz Henrique da Silveira;

Conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes, promotor de Justiça, neste ato representando o Ministério Público Estadual;

Excelentíssimo vereador Fábio Dalonso, presidente da Câmara Municipal de Joinville, representando neste ato o excelentíssimo prefeito Marco Tebaldi;

Senhor Pedro Sirotski, conselheiro da RBS e que dirigiu por muitos anos essa empresa aqui em Santa Catarina;

Meu colega Luiz Cardoso, diretor-geral do jornal *A Notícia*;

Quero também cumprimentar os deputados aqui presentes, autoridades, colegas do setor de comunicação, colegas de RBS.

Deveria estar conosco também nesta noite o nosso companheiro Moacir Thomazi, que dirigiu com muita propriedade, muito bem o jornal *A Notícia* por muitos anos e só não está presente hoje porque tinha um compromisso.

(Passa a ler.)

"Quero saudar, em especial, o deputado Darci de Matos, autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene, e cumprimentar todos aqui presentes e o nosso coral.

Nós temos consciência, no Grupo RBS, da nossa responsabilidade como empresa líder de comunicação social de Santa Catarina. Assumimos compromissos claros com Santa Catarina, desde o primeiro dia de atividade neste estado, há quase 30 anos.

Nossa responsabilidade aumentou ao longo do tempo, a cada passo que demos no processo de crescimento, como a aquisição do jornal *A Notícia*, e a cada reconhecimento que recebemos, como esta homenagem aos 85 anos do *A Notícia*.

Nosso objetivo na noite de hoje, na Casa do Povo, é o de reafirmar nossos compromissos, todos voltados aos interesses dos catarinenses. Quero antes, contudo, fazer dois registros. O primeiro, eu ratifico, é de agradecimento a esta homenagem, a esta distinção. Agradeço, em nome de meus companheiros do Grupo RBS, a cada um dos srs. deputados e sras. deputadas e, em especial, ao deputado Darci de Matos, autor do requerimento para realização desta sessão solene. O segundo registro é de reconhecimento à contribuição desta Casa para o desenvolvimento de nosso estado, sendo motivo de orgulho para todos os catarinenses.

Peço licença para fazer um reconhecimento especial ao deputado Julio Garcia, que vem presidindo esta Casa com muita qualidade, com muita propriedade, valorizando a imprensa e os meios de comunicação do nosso estado, estando presente nos grandes momentos da nossa atividade de imprensa e de comunicação social em Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa e o Grupo RBS compartilham objetivos: trabalhar pelo bem da comunidade e atender às suas necessidades. Compartilham compromissos, portanto.

Como dissemos há pouco, queremos, nesta oportunidade, reafirmar os nossos compromissos neste estado. Começamos reafirmando os nossos compromissos com o jornal *A Notícia* e com os seus leitores. Ao incorporarmos o jornal *A Notícia*, assumimos o compromisso de manter o que o jornal tinha de bom e trabalhar para torná-lo cada vez melhor.

Como deve ser do conhecimento de todos os senhores e senhoras, implementamos mudanças significativas no jornal *A Notícia* neste último mês de abril, resultantes de um trabalho de um ano de muita dedicação, de muita pesquisa, de muito estudo, de muito teste e de muito empenho para preservar o DNA desse jornal, para preservar a identidade do jornal *A Notícia* e para fortalecer os seus vínculos com Joinville e com o estado, mas também para dar mais um passo no seu processo de aperfeiçoamento contínuo, no seu processo de crescimento.

Nós vivemos uma época de mudanças sem precedentes, com o surgimento de novas mídias e tecnologias e com mudanças no padrão de comportamento dos consumidores. Com todas essas mudanças ocorrendo, o jornal *A Notícia* não poderia acomodar-se. Portanto, não poderia ficar parado. Precisava, e precisa, continuar evoluindo. E é este o nosso compromisso com o jornal *A Notícia*: preservar o que o jornal tem de bom e trabalhar para torná-lo cada vez melhor, com já disse o meu colega Luiz Cardoso. E essa é uma orientação que partiu do presidente do Grupo RBS, o nosso companheiro Nelson Sirotsky.

Preservando seu DNA e aperfeiçoando-o constantemente, o jornal *A Notícia* terá grande relevância no futuro, como teve no passado e tem no presente.

Temos compromissos com Joinville, cidade sede do jornal *A Notícia* e de outras três unidades do Grupo RBS. Cidade empreendedora, do trabalho e da cultura, Joinville, que é a maior cidade do estado e que cresce em ritmo acelerado, tem ainda uma grande carência, como o deputado Darci de Matos já citou: o município não tem um parque, um espaço de convivência." Joinville, que é a maior cidade do estado, que é referência para todos nós.

Nós, da RBS, decidimos ajudar a mudar essa realidade, não somente através de nossa cobertura editorial, mas também da criação de um processo de mobilização de toda a sociedade joinvilense para criar as condições para sair, de uma vez por todas, um parque para aquela cidade.

Nós costumamos chamar esse processo de mobilização de bandeira institucional do Grupo RBS, que só se realizará com a participação da sociedade como um todo. E nós levantaremos essa bandeira de dar um parque para Joinville, com a participação do poder público, da iniciativa privada e de toda a sociedade, até Joinville receber um parque a sua altura. Temos grande expectativa de poder realizar esse sonho muito mais cedo do que nós podemos imaginar.

(Continua lendo.)

"Temos compromisso, é claro, com Santa Catarina como um todo. Santa Catarina é um estado diferenciado, um estado com uma enorme diversidade cultural, econômica e geográfica; um estado onde não existe uma polarização entre a capital e as demais regiões; um estado que se diferencia também por suas pessoas, seja as que aqui nasceram, seja as que aqui escolheram construir as suas vidas."

Levantamos diversas bandeiras neste estado, ao longo dessas três décadas. Todos os senhores e as senhoras devem lembrar-se da bandeira para a duplicação da BR-101, liderada por Pedro Sirotsky à frente da RBS, uma bandeira que originou um abaixo-assinado de mais de um milhão de assinaturas e que foi fundamental para a duplicação da BR-101 no trecho norte. E agora está havendo a duplicação do trecho sul, e continua sendo bandeira da RBS a duplicação integral da BR-101, de Passo de Torres até Joinville. O município de Joinville se transformou com a duplicação da BR-101, com a vinda de novas empresas, com a mudança de perfil da cidade. E isso vai acontecer, não tenho dúvida nenhuma, com a região sul também.

Nós continuaremos levantando bandeiras aqui em Santa Catarina, enquanto houver oportunidade de melhorias neste estado que é referência no Brasil. Nossas responsabilidades, portanto, renovam-se e ampliam-se a cada ano.

Em 2009 completaremos 30 anos de atividade em Santa Catarina. Começamos com uma emissora de televisão, em 1979, aqui em Florianópolis, e nesse mesmo ano com uma segunda emissora de televisão em Joinville. E hoje temos uma plataforma multimídia no estado formada por veículos líderes em suas áreas de atuação. Isso nos coloca uma enorme responsabilidade que tentamos cumprir no dia-a-dia com muita dedicação, com muito empenho, com muita ética e com muita integridade.

Nós temos o compromisso interno na RBS de torná-la uma empresa de classe mundial, a exemplo de algumas empresas deste estado. Mas o nosso maior compromisso é com o nosso público: o nosso maior compromisso é informar os catarinenses com independência, com pro-

fissionalismo. Somente cumprindo esse compromisso é que poderemos cumprir todos os demais compromissos.

A todos o nosso muito obrigado! E mais uma vez agradeço a esta Casa, em especial ao deputado Darci de Matos e ao seu presidente, deputado Julio Garcia, por essa distinção que não só nos honra, mas incentiva-nos e estimula-nos a continuar o nosso processo empresarial e de imprensa aqui nesse estado.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e de

todos os que nos honraram com o seu comparecimento, convidando-os para um coquetel no *hall* deste Poder.

Antes de encerrar a presente sessão, convidamos todos para ouvirem, de pé, a execução do Hino de Santa Catarina, interpretado pelo coral da Assembléia, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, às 10h, conforme calendário especial, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 099, de 30/05/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados,

RESOLVE: *com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

ATRIBUIR aos servidores abaixo relacionados, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, no valor correspondente ao índice estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, conforme discriminado:

Nome Servidor	Matr	Processo nº	Nível	Vigência
Angela Aparecida Bez	3072	692/08	Especialização	30/04/08
Ricardo Bulcão Vianna	2055	733/08	Especialização	09/05/08

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 100, de 30/05/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 487/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

ALTERAR o Ato da Mesa nº 096, de 02 de maio de 2007, que concedeu adicional de exercício ao servidor **CLAUDIR JOSE MARTINS**, matrícula nº 1501, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-42, e do cargo de provimento em comissão de Coordenador de Divulgação e Serviços Gráficos, código PL/DAS-6, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, quanto à eficácia financeira, que passa a ter efeitos a partir de 02 de abril de 2008, com opção de vencimentos pelo seu cargo de provimento efetivo.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 101, de 30/05/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 458/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

ALTERAR o Ato da Mesa nº 095, de 02 de maio de 2007, que concedeu adicional de exercício ao servidor **ALTEMIR BEZ**, matrícula nº 2083, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, e do cargo de provimento em comissão de Coordenador de Processamento do Sistema de Pessoal, código PL/DAS-6, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, quanto à eficácia financeira, que passa a ter efeitos a partir de 31 de março de 2008, com opção de vencimentos pelo seu cargo de provimento efetivo.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 102, de 30/05/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 1º, § 2º do Ato da Mesa nº 223, de 13 de novembro de 2007,*

INCLUIR na Escala de Férias biênio 2008/2009, aprovada pelo Ato da Mesa nº 234, de 04/12/2007, os servidores abaixo relacionados.

Matr	Servidor	Mês Previsto	Data de Início
5318	Alecio Alberto Jahnke	Janeiro	02/jan/09
5648	Andre Luiz Ribeiro	Janeiro	02/jan/09
5637	Antonio de Oliveira Cardoso	Janeiro	02/jan/09
5631	Antonita Kal	Janeiro	02/jan/09
5628	Barbara Zilli Wagner Matos	Janeiro	02/jan/09
5634	Bianca Regina Rocha	Janeiro	02/jan/09
5222	Carlos Eduardo Borba	Janeiro	02/jan/09
5518	Edio dos Santos	Janeiro	02/jan/09
3481	Jane Lucia Duarte Ramos	Janeiro	02/jan/09
5630	Jorge Henrique Borges Neves	Janeiro	02/jan/09
5207	Jose Selesio Orlandi	Janeiro	02/jan/09
5307	Leandro da Silva Constante	Janeiro	02/jan/09
4389	Leocadia Lichfett Bonanomi	Janeiro	02/jan/09
5638	Marcelo Freitas	Janeiro	02/jan/09
5635	Maria Aparecida Vargas Cardoso	Janeiro	02/jan/09
3616	Marlete Schmitt Stahelin	Janeiro	02/jan/09
5636	Olimpio Mallmann	Janeiro	02/jan/09
3014	Orlaci Janet Cadorin Darella	Janeiro	02/jan/09
5270	Plinio Cesar dos Santos	Janeiro	02/jan/09
5633	Robson Carlos dos Santos	Janeiro	02/jan/09
5629	Thiago Back Neves	Janeiro	02/jan/09
5627	Ticiania Toniolo Tieppo	Janeiro	02/jan/09
5632	Valter dos Santos	Janeiro	02/jan/09
5236	William Peres	Janeiro	02/jan/09

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 103, de 30/05/2008

Aprova o "Relatório de Gestão Fiscal", referente ao 1º quadrimestre de 2008, correspondente ao período compreendido entre Maio/2007 e Abril/2008,

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições regimentais, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e em cumprimento ao disposto nos artigos 54, II, parágrafo único e 55, I, alínea "a" e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o "Relatório de Gestão Fiscal" da Assembléia Legislativa, referente ao período compreendido entre Maio/2007 a Abril/2008, na forma do anexo "Demonstrativo da Despesa com Pessoal", nos termos do disposto nos artigos 18 e 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º Neste Relatório de Gestão Fiscal adota-se a metodologia e padrões utilizados nos anexos das Portarias STN/MF nº 470 e 471, combinados com a Instrução Normativa nº 002/2001 e Decisão nº 1173/2005 do Tribunal de Contas do Estado - TCE.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
 Deputado Julio Garcia - Presidente
 Deputado Clésio Salvaro - 1º Vice-Presidente
 Deputada Ana Paula Lima - 2º Vice-Presidente
 Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário
 Deputado Valmir Comin - 2º Secretário
 Deputado Dagomar Carneiro - 3º Secretário
 Deputado Antonio Aguiar - 4º Secretário

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER LEGISLATIVO
 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 1º QUADRIMESTRE DE 2008
 (MAI/2007 a ABR/2008)
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Despesa com Pessoal	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Despesa Bruta com Pessoal (I)	173.981.701,48	
Pessoal Ativo	131.654.239,74	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	42.327.461,74	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de cont. de terceirização (art. 18 § 1º da LRF)	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (ART. 19, § 1º DA LRF) (II)	19.713.703,29	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	854.335,42	
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	1.584.791,40	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados 1	17.274.576,47	
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE	154.267.998,19	
- TDP (III) = (I - II)		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	8.971.884.379,69	
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (III / IV * 100)	1,72	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II, art. 20 da LRF) - 2,20%	197.381.456,35	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 2,09%	187.512.383,54	

FONTE: DF.

Florianópolis, 30 de maio de 2008.

Hildo tramontin - Diretor Financeiro

Lonarte Sperling Veloso - Coordenador Sistema de Controle Interno

Ademar Francisco Koerich - Procuradoria de Finanças

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que fará realizar licitação na seguinte modalidade: PREGÃO PRESENCIAL n.º 020/2008.

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de alimentos / *coffee break* em eventos no âmbito da ALESC.

DATA: 12/06/2008 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 12 de junho de 2008. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032 no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 29 de maio de 2008.

Lonarte Sperling Veloso
 Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 965/2008, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 017/2008, referente à aquisição de 01 (uma) máquina dobradeira e 01 (uma) máquina furadeira, ambas novas e de primeiro uso, obteve o seguinte resultado:

Lote 1 - Dobradeira de Papel Automática, marca Ribra, Mod. Dr-35/2, c/ cav ou similar.

Vencedora: MILSUL COM. IMP. EXP. LTDA.

Valor do Último Lance: R\$ 7.580,00

Lote 2 - Perfuradeira Elétrica de Papel, maracá Sicoli ou similar.

Vencedora: Portozelo Atacadista Ltda.

Valor do Último Lance: 2.900,00

Florianópolis, 30 de maio de 2008.

VALTER EUCLIDES DAMASCO

PREGOEIRO

*** X X X ***

AVISOS DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 964/2008, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 016/2008, referente à aquisição de livros para biblioteca da ALESC, obteve o seguinte resultado:

Lote 1 - Aquisição de Livros para Biblioteca da ALESC.

Vencedora: AKI DISTRIBUIDORA LTDA.

Valor do Último Lance: R\$ 10.500,00

Lote 2 - Aquisição de Livros para Biblioteca da ALESC.

Vencedora: AKI DISTRIBUIDORA LTDA.

Valor do Último Lance: 6.387,79

Florianópolis, 29 de maio de 2008.

ANTÔNIO HENRIQUE C. BULCÃO VIANNA

PREGOEIRO

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 063/2008

REFERENTE: 06º TA ao Contrato CL n.º 012/2007, celebrado em 01/02/2007.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Ondrepsb Limpeza e Serviços Especiais Ltda.

OBJETO: alteração quantitativa ao objeto inicial, acrescentando 01 (um) Posto de Trabalho da categoria "Serviços de Assistência à Saúde" e 01 (um) Posto de Trabalho da categoria de Copeira.

FUNDAMENTO LEGAL: Arts. 65 I "a" da Lei n.º 8.666/93; Item 6.1 da Cláusula Sexta do Contrato Original e Autorização administrativa. Florianópolis, 08 de maio de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

Ison Antônio Bettin - Sócio

*** X X X ***

EXTRATO Nº 064/2008

REFERENTE: 04º Termo Aditivo ao Convênio CL nº. 001/2006, celebrado em 22/12/2005.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Associação Dos Funcionários Da Assembléia Legislativa Do Estado De Santa Catarina - Afalesc

OBJETO: proceder reajuste o valor citado no item 2.5, "b" 1 do Termo Ativo 001/2006-01 passa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais), representando um aumento de 16% (dezesseis por cento) sobre o valor individual concedido a cada beneficiário.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores; Cláusula Quarta, item 2 do Contrato original; Ato da Mesa Diretora da ALESC nº 092/2008, de 15/05/08; e Autorização administrativa.

Florianópolis, 26 de maio de 2008.

Deputado Júlio Garcia - Presidente ALESC

Zulmar Hermógenes Saibro - Presidente AFALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 065/2008

REFERENTE: 02º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 049/2007, celebrado em 08/05/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Alice Ibagy Comércio e Representações Ltda.

OBJETO: proceder alterações quantitativas ao Contrato original em decorrência da aquisição de 10 (dez) novos trajes compostos de ternos e camisas de uniformes.

VALOR GLOBAL: 1.743,00 (hum mil, setecentos e quarenta e três reais).

VIGÊNCIA: Dá-se ao presente Contrato a vigência compreendida entre a data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, remanescendo seus efeitos até o decurso do prazo de sua garantia.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65 I, "b" e § 1º da Lei nº 8.666/93; Item 4.2 da Cláusula Quarta do Contrato original; e Autorização Administrativa;

Florianópolis, 08 de maio de 2008.

Deputado Júlio Garcia - Presidente ALESC

Maria Alice de Oliveira Ibagy - Alice Ibagy Comércio e Representações Ltda.

*** X X X ***

OFÍCIOS**OFÍCIO Nº 068/08**

Associação Hospitalar e Maternidade

SÃO SEBASTIÃO

Ofício nº 046/2008 Papanduva - SC, 19 de Maio de 2008.

Ilmo. Senhor:

DD. Presidente da Assembléia Legislativa

Florianópolis-SC

Prezado Senhor:

Através deste estamos enviando a documentação em cumprimento ao artigo 3º da Lei nº 13.663/2005, para que o nosso Hospital possa continuar com o Título de Utilidade Pública Estadual.

Sendo o que temos para momento renovamos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

ALZIRA POVALUK

Administradora Voluntária

Lido no Expediente

Sessão de 28/05/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 069/08

GRUPO DE APOIO À VIDA - GAVI

À Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC

Rua Jorge Luiz Fontes nº 310 - Palácio Barriga Verde

88020-900 - Florianópolis - SC

Prezados Senhores:

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL DO TCE/SC EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - MAIO/2007 A ABRIL/2008

Despesa com Pessoal	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Despesa Bruta com Pessoal (I)	73.075.506,82	
Pessoal Ativo	48.175.514,20	
Pessoal Inativo e Pensionistas	24.899.992,62	
Outras despesas de pessoal decorrentes de cont. de terceirização (art. 18 § 1º da LRF)	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (ART. 19, § 1º DA LRF) (II)	14.992.655,27	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	

Ref.: Relatório anual das atividades do exercício de 2007 - inciso IX - art. 2º - lei 10436

Juntamos em anexo a documentação abaixo especificada, na condição de entidade filantrópica, que inclui a **renovação da declaração utilidade pública estadual**, conforme lei estadual nº 11.636, de 13.12.2000:

1) Cópia do cartão CNPJ no endereço da sede supra, emitido pela SRF em 26/03/2008;

2) Ata da AGO 15/03/07, que apresenta a composição e mandato da atual Diretoria, devidamente registrada;

3) Relatório das atividades do exercício 2007.

Limitados ao exposto, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

Yonne Maciel Rocha

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 28/05/08

*** X X X ***

ESTADO DE SANTA CATARINA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Coordenação de Controle Interno

OF. TC/Auditoria Interna - 019/2008Florianópolis, 30 de maio de 2008.

Exmo. Sr.

Deputado JÚLIO GARCIA

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de SC

NESTA

Senhor Presidente,

Estamos encaminhando Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, referente ao 1º Quadrimestre de 2008, juntamente com o disquete, para ser publicado no Diário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Na oportunidade, renovamos a V. Excia., protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Otávio José Bolsoni

Coordenador do Controle Interno

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER LEGISLATIVO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2007 a ABRIL/2008

1º QUADRIMESTRE DE 2008

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das suas atribuições privativas que lhe conferem o artigo 271 do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº TC-06/2001, e o art. 90 da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000 e considerando a Decisão nº 1173/2005, aprovada pelo Tribunal de Contas na Sessão do dia 30/05/2005.

TORNA PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, relativo ao 1º Quadrimestre de 2008, conforme estabelecido nos artigos 54, 55 e 72 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

O Tribunal de Contas, para o exercício das competências definidas nos artigos 58 e 59 da Constituição do Estado e na Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2.000, conta com um corpo deliberativo de 07 (sete) Conselheiros, 03 (três) Auditores e um quadro funcional de 684 (seiscentos e oitenta e quatro) servidores técnicos e administrativos.

Estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas "[...] qualquer pessoa física ou entidade pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária". (artigo 58, parágrafo único da Constituição Estadual).

As despesas do Tribunal de Contas estão demonstradas na tabela abaixo:

Despesas de Exercícios Anteriores	5.905.824,16
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.086.831,11
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)	58.082.851,55
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	8.971.884.379,69
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (III / IV * 100)	0,65
LIMITE MÁXIMO (incisos I e II, art. 20 da LRF) - 0,80%	71.775.075,03
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,76%	68.186.321,28

FONTE: AI, DAF e SEF.

Florianópolis, 28 de maio de 2008.

José Carlos Pacheco

**Conselheiro Presidente do Tribunal
de Contas do Estado de Santa Catarina.**

Wilson Dotta José Roberto Queiroz

Diretor Geral de Planejamento Diretor de Administração e Finanças
e Administração

Otávio José Bolsoni

Coordenador do Controle Interno

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1021, de 30/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0799/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento da servidora **LILIAN MARIA HULSE PEDERNEIRAS**, matrícula nº 2624, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 9% (nove por cento), a contar de 06/05/2008.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1022, de 30/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 020/2008.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1877	Antônio Henrique C. Bulcão Vianna	Pregoeiro
1998	Bernadete Albani Leiria	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
2169	Sinara Lucia Valar Dal Grande	
0947	Valter Euclides Damasco	

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1023, de 30/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1547	Vera Lehmkühl	60	08/05/08	845/08
1030	Rosângela Rosa	15	13/05/08	846/08
1151	Luiz Argemiro de Quadros	120	17/05/08	848/08
1239	José Carlos de Oliveira	30	19/05/09	849/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1024, de 30/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **FRANCISCO JOAO DA ROSA**, matrícula nº 1253, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-61, na Coordenadoria de Processamento do Sistema de Pessoal.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1025, de 30/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **BEATRIZ CAMPOS ELIAS ACORSI**, matrícula nº 1842, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-65, na DRH - Coordenadoria de Estágios Especiais.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 144/2008

Torna obrigatória a implantação, pelas empresas de coleta de lixo do Estado de Santa Catarina, de sistema de segurança para os garis que transitam na parte posterior dos caminhos de lixo.

Art. 1º Ficam as empresas de coleta de lixo que prestam serviços no âmbito do território estadual, obrigadas a instalar sistema de segurança para os garis que transitam na parte posterior dos caminhos de lixo.

Parágrafo único. O sistema de segurança de que trata o *caput* deste artigo será composto de cinto de segurança preso ao corpo do gari, junto de um tirante com gancho tipo mosquetão na ponta, e na parte traseira do caminhão deverá ser fixado argola de aço para o engate do mosquetão.

Art. 2º O descumprimento do disposto no artigo 1º desta Lei, implica em multa de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) e apreensão do veículo até sua adaptação ao disposto no Parágrafo único do art. 1º desta Lei.

Art. 3º O Estado de Santa Catarina, por intermédio do Departamento de Transporte Rodoviário, poderá editar normas para regulamentar esta Lei, bem como se encarregar da fiscalização e da arrecadação das multas aplicadas.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Darcí de Matos

Lido no Expediente
Sessão de 28/05/08

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa à proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde do trabalhador nos serviços de limpeza pública, em específico dos garis que trafegam nas vias públicas das nossas cidades, em pé, na parte traseira dos caminhões de lixo, sem nenhum tipo de proteção.

Assim, entende este parlamentar, que tais trabalhadores necessitam desempenhar seu trabalho com segurança, e para isto o projeto propõe que seja fixado na parte traseira do caminhão uma argola para que o gari, ao subir no caminhão, se fixe a ela por meio de um cinto com gancho tipo mosquetão na sua extremidade e este preso ao seu corpo, protegendo-o em caso de queda, ficando pendurado pelo cinto.

Por se um projeto de lei de relevante interesse para os trabalhadores da limpeza pública, peço apoio dos nobres Pares para aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 145/2008

Declara de utilidade pública o Esporte Clube Água Verde, com sede no município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Esporte Clube Água Verde, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º. A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Marcos Vieira

Líder da Bancada do PSDB

Lido no Expediente

Sessão de 28/05/08

JUSTIFICATIVA

O Esporte Clube Água Verde, entidade filantrópica, com sede no município de Blumenau, fundada em 23 de setembro de 1946 tem suas atividades voltadas para o lazer e cultura da população em geral, sem qualquer discriminação de raça, credo religioso ou político partidária.

Tem por finalidade institucional promover a preservação e conservação, defesa do patrimônio histórico e artístico, da cultura e do folclore da colonização alemã no Município de Blumenau, como também proporcionar a seus associados atividades desportivas amadoras e educativas, sendo as quais a prática do tiro, bolão, bocha, futebol e demais promoções sociais de natureza recreativa, mantendo intercâmbio social, cultural e esportivo com Entidades congêneres.

A documentação acostada ao Projeto de Lei cumpre todas as exigências da legislação que regula o reconhecimento de utilidade pública da entidade, em especial a Lei nº 14.182, de 2007.

Assim, pela natureza e caráter institucional da entidade recomendo o apoio dos nobres pares para aprovação do presente Projeto de Lei, reconhecendo sua utilidade pública para todos os fins de direito.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 146/08**GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 639**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Educação, o projeto de lei que "Estende o **Prêmio Educar**, instituído pela Lei nº 14.406, de 09 de abril de 2008, com a denominação de **Prêmio Jubilar**, aos servidores inativos do Quadro do Magistério Público Estadual da Secretaria de Estado da Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial e estabelece outras providências".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei complementar nessa augusta Casa Legislativa.

Palácio Santa Catarina, 27 de maio de 2008

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 28/05/08

Secretaria de Estado da Educação

Gabinete do Secretário

Exposição de Motivos nº 057

Florianópolis, 20 de maio de 2008.

Senhor Governador,

Cumprimentando-o respeitosamente, submeto à apreciação de Vossa Excelência anteprojeto de lei que estende o **Prêmio Educar**, instituído pela Lei nº 14.406, de 9 de abril de 2008, com a denominação de **Prêmio Jubilar**, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), aos servidores aposentados no cargo de Professor, com carga horária de 40 horas semanais, que estejam percebendo gratificação de regência de classe e R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) aos servidores aposentados nos cargos de Assistente Técnico Pedagógico, Consultor Educacional e Especialista do Quadro do Magistério Público Estadual da Secretaria de Estado de Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial.

O pedido se justifica pela necessidade de oferecer aos servidores da educação que se encontram nas condições de inatividade para sua manutenção financeira em níveis compatíveis com os servidores que estão atuando no magistério público estadual, enquanto estiver em vigência a atual tabela de vencimentos do magistério.

A concessão deste Prêmio contempla os inativos com medida idêntica àquela concedida aos membros ativos do magistério no mês de março do corrente ano, através do **Prêmio Educar**, constituindo-se em pagamento mensal de verba indenizatória para que o beneficiário possa custear despesas voltadas para atividades intelectuais, aquisição de livros, frequência a cursos, além de atividades de caráter filantrópico e social, buscando preservar a condição financeira e social que um membro do magistério aposentado adquiriu na comunidade em que atuou ao longo de sua vida profissional, na qual exerce liderança e se constitui em referência pessoal.

Saliente que, sobre o valor do Prêmio de que trata este anteprojeto de lei, não incidirá nenhum adicional, gratificação ou vantagem, exceto a gratificação natalina, bem como não servirá de base de cálculo para consignações, sendo que as despesas decorrentes correrão à conta das dotações orçamentárias do Estado.

Estes são os motivos justificadores e que legitimam o anteprojeto de lei anexo, o qual submeto à avaliação de Vossa Excelência, que o considerando viável e entendendo ser o momento oportuno, o submeto à apreciação do Poder Legislativo, solicitando regime de urgência em sua tramitação naquela augusta Casa Legislativa.

Respeitosamente,

PAULO ROBERTO BAUER

Secretário de Estado da Educação

De acordo.

Florianópolis,

Luiz Henrique da Silveira

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 146/2008

Estende o **Prêmio Educar**, instituído pela Lei nº 14.406, de 09 de abril de 2008, com a denominação de **Prêmio Jubilar**, aos servidores inativos do Quadro do Magistério Público Estadual da Secretaria de Estado da Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estendido o **Prêmio Educar**, instituído pela Lei nº 14.406, de 09 de abril de 2008, com a denominação de **Prêmio Jubilar**, aos servidores inativos do Quadro do Magistério Público Estadual da Secretaria de Estado da Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial.

Art. 2º O valor do **Prêmio Jubilar** será pago a partir de 1º de agosto de 2008, com base nos seguintes critérios:

I - R\$ 200,00 (duzentos reais), para os aposentados no cargo de Professor, com carga horária de 40 horas semanais, que estejam percebendo gratificação de regência de classe;

II - R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), para os aposentados nos demais cargos, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo único. Os aposentados no cargo de Professor que não percebem gratificação de regência de classe não terão direito ao **Prêmio Jubilar**.

Art. 3º O valor do **Prêmio Jubilar** será concedido proporcionalmente ao regime de trabalho.

Art. 4º Sobre o valor do **Prêmio Jubilar** não incidirá nenhum adicional, gratificação ou vantagem, exceto a gratificação natalina, bem como não servirá de base de cálculo para as consignações a que estiver sujeito o servidor, exceto a tributação de outra esfera de governo.

Art. 5º O **Prêmio Jubilar** não poderá ser percebido cumulativamente com o **Prêmio Educar**, instituído pela Lei nº 14.406, de 09 de abril de 2008.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Estado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

Luiz Henrique da Silveira

Governador do Estado

*** X X X ***

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº 002/2008

Altera a redação da alínea "b" do inciso III do art. 30 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º A Alínea "b" do inciso III do art. 30 da Constituição do Estado de Santa Catarina passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30. (...)
III - (...)

b) aos trinta anos de efetivo exercício, se servidor homem, em funções de magistério, de saúde e de segurança pública, e vinte e cinco anos, se servidora mulher, nas mesmas funções, todos com proventos integrais;"

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Sargento Amauri Soares
Líder da Bancada do PDT
Deputado Sílvio Dreveck
Deputado Décio Góes
Deputado Genésio Goulart
Deputado Altair Silva
Deputado Jorginho Mello
Deputado Jailson Lima da Silva
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Kenedy Nunes
Deputado Professor Grandó
Deputado Clésio Salvaro
Deputada Ana Paula Lima
Deputado Cesar Souza Junior
Deputado Pedro Uczai
Deputado Renato Hinnig
Deputado Dagomar Carneiro
Deputado Darci de Matos
Deputado Jandir Bellini
Deputado Pedro Baldissera
Deputado Antônio Aguiar
Deputado Nilson Gonçalves
Lido no Expediente
Sessão de 28/05/08

JUSTIFICATIVA

Com a promulgação pelo Congresso Nacional da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, foram estabelecidas as novas regras do limite remuneratório dos agentes públicos dos Poderes, dando nova redação ao inciso XI, do art. 37, da Constituição Federal, a saber:

Art.37. (...)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídos as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o Subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores públicos;

Extrai-se da novel disposição constitucional que o limite remuneratório para os ocupantes de cargos, funções ou empregos públicos no Executivo estadual é o subsídio mensal do Governador, excetuando-se os membros do Ministério Público, Procuradores e Defensores Públicos, que ficam sujeitos à limitação do subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

Do dispositivo resultou a existência de dois limites remuneratórios para o Poder Executivo estadual, uns sujeitos ao subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, e os demais, ao subsídio mensal do Governador.

Com a promulgação da alteração da Constituição do Estado de Santa Catarina pela Emenda Constitucional 47, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado, em sessão do dia 19 de dezembro de 2007 e promulgada em 18 de janeiro de 2008, a carreira de Auditor Fiscal da Receita Estadual foi colocada sob o manto remuneratório do Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.

O argumento suscitado pelo eminente Deputado Proponente da Emenda foi a de que os Auditores Fiscais é que garantem o pleno funcionamento do Estado, por meio de sua atividade de arrecadação dos recursos para seu funcionamento.

Numa visão mais ampla, o tratamento dado aquela carreira também deve ser estendida aos Oficiais Militares e aos Delegados de Polícia, pois são eles que gerem as organizações que permitem a paz social e o funcionamento do próprio Estado.

Esta importância é materializada por sua presença constitucional federal e por sua competência, também constitucional federal, quanto aos primeiros de preservar a ordem pública, qual seja, o regular funcionamento da cidade e quanto aos segundos de Polícia Judiciária.

A própria Fazenda pública, de forma a garantir os seus trabalhos, reclama reiteradamente pelo apoio da Polícia Militar e, muitas vezes, também da Polícia Civil, como forma de permitir o exercício da ação fazendária.

Estados que em raros casos experimentaram a ausência dos policiais militares na rua e dos policiais civis apurando as infrações penais de maior potencial ofensivo, conheceram o caos, a desestabilização das instituições do Estado, disso resultando que nada funcionou e a sociedade entrou em colapso.

Os Oficiais Militares não comandam uma organização, mas uma instituição, um organismo perene e essencial ao Estado, a teor da Constituição Federal: Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18 de 1998).

São os Oficiais Militares os únicos agentes públicos, que não Juizes de Direito, a exercerem a magistratura, seja como Juiz Militar nos Conselhos Permanentes e Especiais junto a Auditoria da Justiça Militar, seja como Desembargador Militar, nos Estados em que há Tribunal de Justiça Militar.

Por tudo isso é que a Constituição Federal também assegura, em sua art. 125, § 4º e art. 42, § 1º c/c o art. 142, § 3º, inciso VI, que o Oficial Militar Estadual somente "perderá o posto e patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra." É ele o único agente público integrante do Poder Executivo Estadual com tal garantia.

A essencialidade do cargo exercido por Oficial Militar, seu grau de relevância e o princípio da equidade justificam seu tratamento diferenciado como carreira típica de Estado, percebendo, em consequência, o tratamento diferenciado juntamente com os membros do Ministério Público, dos Procuradores, dos Defensores Públicos e, recentemente, aos Auditores do Tribunal de Contas do Estado e Auditores Fiscais, no que alude ao limite remuneratório, cujas atividades também reconhecidas como "carreiras exclusivas" de Estado.

Assim, por questão de justiça devem ser os Oficiais Militares integrantes de cargos com forte natureza de operador jurídico e de carreira de Estado, inseridos no mesmo rol de carreiras exclusivas de Estado, com o mesmo tratamento remuneratório, sujeitando-se ao limite remuneratório do subsídio dos desembargadores do Tribunal de Justiça.

No que diz respeito aos Delegados de Polícia, vale registrar, sobretudo, ser o Delegado de Polícia um agente político, não só em razão de seu assento constitucional (art. 144, § 4º, CF), mas também, pela sua independência no exercício das atribuições de polícia judiciária:

"Art. 144. (...)

(...)

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares."

Pela observância do dispositivo constitucional federal, constata-se que os Delegados de Polícia dirigem as Polícias Civis e presidem as apurações das infrações penais, tendo, dessa maneira, função de Estado extremamente relevante e imprescindível para sua estabilidade.

Os Delegados de Polícia têm, dentre outros encargos, o de prestar informações de suas decisões procedimentais, ao Poder Judiciário, conforme art. 5º, incisos LXI, LXII e LXV da Constituição Federal.

As atribuições do cargo de Delegado de Polícia são, repita-se, de natureza jurídica, tendo a seu cargo os procedimentos processuais. O Código de Processo Penal estabelece claramente quais são as funções da Autoridade Policial para auxiliar a administração de justiça criminal, tanto quanto prevista em várias leis complementares.

O processo criminal, com raríssimas exceções tem seu início e garantia de sucesso a partir do trabalho de investigação, coleta de provas e execução de atos de autoridade desenvolvidos pelos Delegados de Polícia, na sua função de polícia judiciária e de apuração de infrações penais, como determina o art. 144 da CF.

Dessa maneira, igualmente por questões de justiça devem ser os Delegados de Polícia integrantes de cargos com forte natureza de operador jurídico e de carreira de Estado inseridos no mesmo rol de carreiras exclusivas de Estado, com o mesmo tratamento remuneratório, sujeitando-se ao limite remuneratório do subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

Diante disto é que possibilitando ao Estado corrigir eventual distorção, o constituinte derivado corretamente procedeu à alteração à atual Constituição Federal, através da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005, ao alterar o artigo 37, inserindo-lhe o § 12, que permite aos estados a fixação, mediante emenda às Cartas Estaduais, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores, cujo texto assim se reproduz, ad litteram:

“§ 12. Para fins do disposto no inciso XI do caput deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar em seu âmbito, mediante emenda as respectivas Constituições e Lei Orgânica, com limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitando a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e dos Vereadores.” (grifado)

Com o intuito de se adequar as condições orçamentárias e financeiras do Estado de Santa Catarina, optou-se em implantar o teto remuneratório para os Oficiais Militares Estaduais e Delegados de Polícia Civil, considerando o subsídio de Desembargadores do Tribunal de Justiça, gradativamente nos mesmos termos aplicados recentemente para a carreira de Auditor Fiscal da Receita Estadual, de modo a que, implementando-se 50% (cinquenta por cento) do seu valor, ficará a concessão do remanescente condicionada à edição de Lei complementar.

Neste sentido propõe-se a aplicação do § 2º do artigo 23, com redação dada pela emenda Constitucional nº 47, aos Militares Estaduais e aos Delegados de Polícia Civil.

A medida não representará acréscimo remuneratório aos Oficiais Militares e Delegados de Polícia Civil, nem tampouco produzirá um “efeito cascata” nas suas carreiras.

A motivação produzida pela alteração constitucional promoverá ainda mais o Estado de Santa Catarina, naquilo que lhe é mais caro, em sua imagem nacional e internacional além das suas belezas naturais, ou seja, a segurança pública de excelência que atraem turistas e empresários que impõe importante dinâmica econômica por meio da injeção de divisas na economia do Estado.

Por fim, aproveita-se o momento pra corrigir equívoco do legislador catarinense que ao promulgar a Emenda Constitucional nº 38 fez inserir ao final do § 13 do artigo 31 da Constituição Estadual referencia a dispositivos da Constituição Federal, art. 30 § 4º, § 5º e § 6º que sequer existem no texto constitucional, promovendo-se, neste momento, sua supressão.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 100/08

Declara de utilidade pública a Associação São Bentense da Terceira Idade, com sede no Município de São Bento do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação São Bentense da Terceira Idade, com sede no Município de São Bento do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de maio de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 111/08

Declara de utilidade pública a Associação de Deficientes Visuais do Planalto Norte de Santa Catarina - ADEVIPLAN/SC, do Município de Canoinhas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, a Associação de Deficientes Visuais do Planalto Norte de Santa Catarina - ADEVIPLAN/SC, do Município de Canoinhas.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de maio de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 116/2008

Declara de utilidade pública a Associação Italiana de Ipumirim, com sede no Município de Ipumirim.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Italiana de Ipumirim, com sede no Município de Ipumirim.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de maio de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 117/2008

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Modelo, com sede no Município de Modelo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Modelo, com sede no Município de Modelo.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de maio de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 611/2007

Declara de utilidade pública a JC - Associação Brasileira no Combate às Drogas, com sede no Município de Balneário Camboriú.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a JC - Associação Brasileira no Combate às Drogas, com sede e foro no Município e Comarca de Balneário Camboriú.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de maio de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***